

Log-In Logística Intermodal S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2024

login.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Aos administradores e acionistas da
Log-in Logística Intermodal S.A. e Controladas
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Log-in Logística Intermodal S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de navegação costeira (“receita de navegação”), receita de “container”, carga geral e serviços acessórios (“receita de terminais”) e receita de transporte rodoviário de carga

Conforme divulgado na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e das suas controladas decorre substancialmente da receita de navegação costeira e transporte rodoviário de carga, que se referem a receita de frete no mercado interno e externo e terminais, que se refere a receita de serviços no mercado interno e externo. A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas de navegação, terminais e transporte rodoviário de carga nos montantes de R\$1.614.264 mil na controladora e R\$2.795.756 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2024, considerando as condições contratuais assinadas entre a Companhia e seus clientes e de acordo com as obrigações de desempenho dos serviços prestados aos clientes, conforme preconizado pelo pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente, equivalente a norma internacional IFRS 15.

O processo de reconhecimento da receita de navegação, terminais e transporte rodoviário de carga da Companhia foi considerado como um principal assunto de auditoria por, entre outros, envolver julgamento na determinação do momento de reconhecimento da receita pela prestação do serviço, considerando premissas tais como prazo de prestação do serviço, condições contratuais entre as partes e extensão do consumo do benefício dos serviços prestados, e pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a obtenção do entendimento dos procedimentos e controles implementados pela Companhia relacionados ao processo de reconhecimento de receita, para auxiliar na seleção e aplicação dos procedimentos de auditoria aplicáveis às circunstâncias, que incluíram a verificação da correlação entre receita, contas a receber e caixa, considerando todo o universo de lançamentos contábeis por meio do uso de ferramentas de análise de dados, com foco na identificação e investigação de registros contábeis inconsistentes às nossas expectativas elaboradas a partir de nosso conhecimento da Companhia e sua indústria; (ii) inspeção em base amostral das documentações suporte das receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (iii) inspeção em base amostral das notas fiscais, comprovantes de entrega e da liquidação financeira, quando aplicável, dos recebíveis reconhecidos decorrentes da prestação do serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com o objetivo de avaliar o período de competência da receita; (iv) análise da documentação suporte de medição do serviço prestado para a respectiva receita, registrada próxima da data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com objetivo de avaliar o período de competência da receita; e (v) revisão da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos deficiências de controles internos sobre os processos de reconhecimento de receita que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria inicial e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas do reconhecimento de receita da Companhia derivadas da receita de navegação, receita de terminais e transporte rodoviário de carga para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 06 de março de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC 1SP-133169/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de reais - R\$



	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
ATIVOS					
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	289.792	436.406	115.415	218.025
Aplicações financeiras	5	7.411	126.177	-	123.744
Contas a receber de clientes	6	337.236	346.045	179.318	183.360
Estoques		71.112	61.968	59.981	49.645
Valores a receber de partes relacionadas	7	62.261	15.434	257.654	206.185
Tributos a recuperar ou compensar	8	85.338	51.887	47.836	13.699
Fundo da marinha mercante – AFRMM	9	48.402	19.587	48.402	19.587
Sinistros a recuperar		2.426	8.507	613	51
Outros ativos circulantes		86.451	43.071	12.538	16.653
Total dos ativos circulantes		990.429	1.109.082	721.757	830.949
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	5	31.657	-	-	-
Fundo da marinha mercante – AFRMM	9	95.125	93.641	95.125	93.641
Contas a receber de clientes	6	68.530	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	528.575	451.250	504.849	427.087
Depósitos judiciais		29.241	25.041	18.468	14.251
Valores a receber de partes relacionadas	7	-	-	107.118	347.788
Ativo Indenizável	11	216.612	226.115	-	-
Outros ativos não circulantes		2.996	356	105	356
Investimentos em sociedades controladas	11	-	-	1.117.623	691.100
Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil	14	244.185	252.556	96.751	104.787
Imobilizado	12	1.490.361	1.344.057	135.478	251.094
Intangível	13	115.121	117.190	26.824	25.999
Total dos ativos não circulantes		2.822.403	2.510.206	2.102.341	1.956.103
TOTAL DOS ATIVOS		3.812.832	3.619.288	2.824.098	2.787.052
PASSIVOS					
CIRCULANTES					
Salários e encargos sociais		73.854	70.297	33.574	33.324
Impostos e contribuições a recolher		95.046	45.496	48.926	11.577
Fornecedores e provisões operacionais	15	233.801	204.545	156.794	144.027
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	16	317.133	259.725	214.599	193.964
Obrigações com arrendamento mercantil	14	93.321	57.348	68.297	40.796
Valores a pagar a partes relacionadas	7	12.069	12.520	81.089	187.971
Dividendos propostos		51	37	-	-
Aquisição de participação acionária		41.887	57.981	7.090	10.505
Outros passivos circulantes		18.300	7.216	-	1.481
Total dos passivos circulantes		885.462	715.165	610.369	623.645
NÃO CIRCULANTES					
Aquisição de participação acionária		94.261	90.279	75.466	73.287
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	16	1.372.012	1.366.765	1.106.339	1.077.755
Obrigações com arrendamento mercantil	14	181.009	188.255	59.678	63.848
Provisões para riscos	17	257.934	279.231	1.758	1.721
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	49.699	34.924	-	-
Perda com investimento em sociedade controlada		-	-	-	6.556
Outros passivos não circulantes		3.601	5.522	1.819	1.225
Total dos passivos não circulantes		1.958.516	1.964.976	1.245.060	1.224.392
TOTAL DOS PASSIVOS		2.843.978	2.680.141	1.855.429	1.848.037
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18				
Capital social		1.324.210	1.322.695	1.324.210	1.322.695
Reserva de capital		38.370	37.737	38.370	37.737
Ações em tesouraria		(50.922)	(50.922)	(50.922)	(50.922)
Prejuízos acumulados		(317.067)	(370.667)	(317.067)	(370.667)
Reserva de hedge de fluxo de caixa		(17.443)	10.311	(17.443)	10.311
Ajustes acumulados de conversão		(8.479)	(10.139)	(8.479)	(10.139)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		968.669	939.015	968.669	939.015
Participações de acionistas não controladores		185	132	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		968.854	939.147	968.669	939.015
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.812.832	3.619.288	2.824.098	2.787.052

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais - R\$



	Notas	Consolidado		Controladora	
		Exercícios findos em 31 de dezembro de			
		2024	2023	2024	2023
Operações continuadas					
Receita líquida	22	2.795.756	2.338.625	1.614.264	1.284.354
Custo dos serviços prestados	23	(2.351.613)	(1.871.490)	(1.520.682)	(1.121.562)
LUCRO BRUTO		444.143	467.135	93.582	162.792
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	9	85.785	84.012	85.785	84.012
Despesas administrativas e comerciais	23	(188.559)	(201.552)	(74.455)	(84.775)
Outras receitas (despesas), líquidas		10.083	(8.618)	(27.253)	(13.500)
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	116.698	34.761
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		351.452	340.977	194.357	183.290
RESULTADO FINANCEIRO	24				
Receitas financeiras		71.866	70.582	41.238	68.381
Despesas financeiras		(267.218)	(249.618)	(208.376)	(162.707)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(73.400)	(17.237)	(41.091)	2.086
		(268.752)	(196.273)	(208.229)	(92.240)
		82.700	144.704	(13.872)	91.050
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10				
Corrente		(75.736)	(74.390)	(2.298)	(30.881)
Diferido		46.739	(10.142)	69.770	(66)
		(28.997)	(84.532)	67.472	(30.947)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		53.703	60.172	53.600	60.103
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS					
Acionistas controladores		53.600	60.103	-	-
Acionistas não controladores		103	69	-	-
RESULTADO POR AÇÃO – EM REAIS					
Básico (centavos por ação)	19	1,41	0,57	1,41	0,57
Diluído (centavos por ação)	19	1,41	0,57	1,41	0,57

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

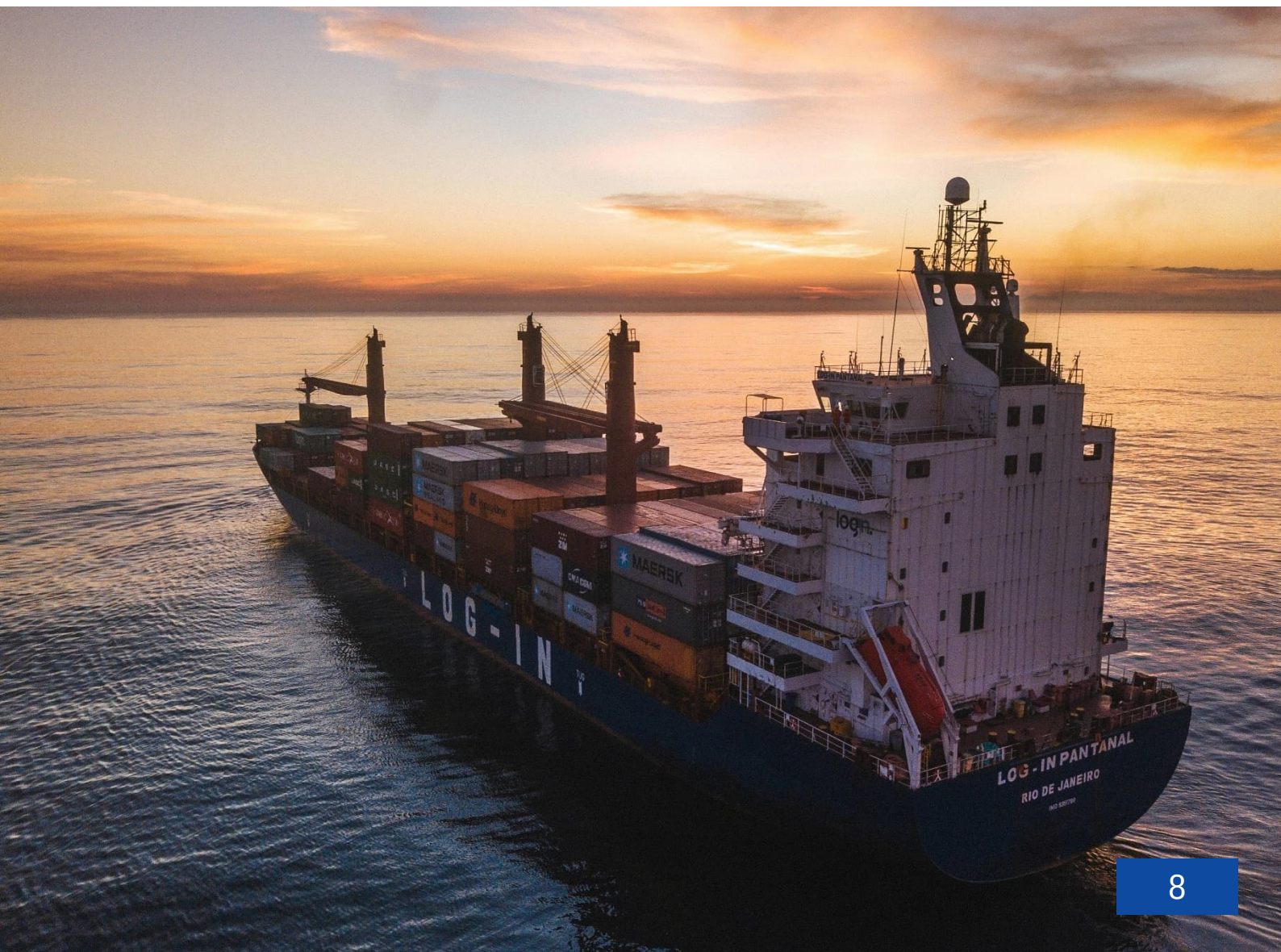
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação



		Consolidado		Controladora	
		Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	Notas	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		53.703	60.172	53.600	60.103
Outros resultados abrangentes:					
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado					
Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o exercício, líquido de tributos	18	(29.728)	828	(26.939)	(1.107)
SWAP – marcação a mercado IPCA	18	2.938	-	-	-
Reciclagem	18	(964)	(3.829)	(815)	(3.318)
Ajustes de conversão operações no exterior	11	1.660	10.210	1.660	10.210
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		27.609	67.381	27.506	65.888
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL ATRIBUÍDO AOS					
Acionistas controladores		27.506	65.888	-	-
Acionistas não controladores		103	1.493	-	-

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais – R\$



	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos (Lucros) acumulados	Reserva de hedge de fluxo de caixa	Ajustes acumulados de conversão	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2023		1.318.940	30.885	(50.922)	(430.770)	7.310	71	875.514	100	875.614
Aumento de capital por subscrição de ações	18	3.755	-	-	-	-	-	3.755	-	3.755
Opções outorgadas (Plano de opção de ações)	20	-	6.852	-	-	-	-	6.852	-	6.852
Lucro líquido do exercício		-	-	-	60.103	-	-	60.103	32	60.135
Constituição de reserva de hedge	18	-	-	-	-	3.001	-	3.001	-	3.001
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(10.210)	(10.210)	-	(10.210)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.322.695	37.737	(50.922)	(370.667)	10.311	(10.139)	939.015	132	939.147
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2024		1.322.695	37.737	(50.922)	(370.667)	10.311	(10.139)	939.015	132	939.147
Aumento de capital por subscrição de ações	18	1.515	-	-	-	-	-	1.515	-	1.515
Opções outorgadas (Plano de opção de ações)	20	-	633	-	-	-	-	633	-	633
Lucro líquido do exercício		-	-	-	53.600	-	-	53.600	103	53.703
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(50)	(50)
Constituição de reserva de hedge/derivativos	18	-	-	-	-	(27.754)	-	(27.754)	-	(27.754)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	1.660	1.660	-	1.660
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		1.324.210	38.370	(50.922)	(317.067)	(17.443)	(8.479)	968.669	185	968.854

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em milhares de reais – R\$

login.

	Notas	Consolidado	Controladora		
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		53.703	60.172	53.600	60.103
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	-	(116.700)	(34.761)
Depreciação e amortização	23	278.562	227.654	99.297	89.898
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	28.997	84.532	(67.472)	30.947
Provisão (reversão) para riscos e correção monetária	17	(14.733)	(196)	2.079	3.351
Constituição (reversão) para perda de crédito esperada – PCE		(4.038)	(445)	(4.037)	(464)
Provisões operacionais	15	(5.192)	44.340	(7.319)	63.097
Despesa com plano de opção de ações	20	633	6.852	633	6.852
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	24	449.608	198.318	165.831	110.172
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	9	(85.785)	(84.012)	(85.785)	(84.012)
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(49.332)	(64.985)	(24.187)	(38.487)
Provisão de participação no resultado		26.058	46.212	19.942	30.563
Sinistro a recuperar		(229)	7.029	(562)	(45)
Realização de mais e menos valia pela aquisição de novos negócios	11	9.503	6.559	14.977	29.176
Outros		(15.117)	10.084	(8.940)	(2.587)
Variações de ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas		(102.510)	(57.129)	135.242	(33.510)
Estoques		(9.144)	(8.200)	(10.326)	(7.390)
Tributos a recuperar ou compensar		(33.451)	6.071	(34.137)	12.740
Fundo da Marinha Mercante – AFRMM		55.486	30.037	55.486	30.037
Outros ativos		(39.855)	11.710	4.221	(1.284)
Depósitos judiciais		(4.200)	(2.313)	(4.217)	(2.234)
Salários e encargos sociais		(22.501)	19.158	(19.692)	9.698
Impostos e contribuições a recolher		25.675	53.475	35.329	(4.906)
Fornecedores e valores a pagar a partes relacionadas		563.254	(19.476)	436.961	46.911
Pagamentos de provisão para riscos	17	(6.564)	(3.752)	(2.042)	(2.136)
Outros passivos		10.476	(1.176)	(4.038)	(1.331)
Caixa gerado pelas operações		1.109.304	570.519	634.144	310.398
Imposto de renda e contribuição social pagos		(51.861)	(64.889)	(278)	(26.467)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.057.443	505.629	633.866	283.931
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Integralização de capital e AFAC em controladas		-	-	(191.974)	(41.571)
Aquisição de participação acionária		(13.411)	(40.679)	(4.641)	(4.931)
Adições ao imobilizado e intangível	12/13	(309.514)	(286.500)	(154.019)	(182.698)
Aplicações financeiras e resgates, líquidas		136.441	184.120	147.931	141.756
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(186.484)	(143.059)	(202.703)	(87.444)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
	26				
Aumento de capital por subscrição de ações		1.515	3.755	1.515	3.755
Amortização da operação de risco sacado		(40.711)	(33.083)	(24.313)	(29.906)
Mútuos concedidos		-	-	(60.608)	(3.860)
Recebimento de mútuos concedidos		145	866	145	866
Emissão de notas comerciais		420.000	275.000	420.000	275.000
Custo na captação de empréstimos e financiamentos		(4.991)	(3.070)	(4.991)	(3.070)
Amortização empréstimos e financiamentos		(1.142.400)	(267.198)	(680.233)	(208.437)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais		(144.306)	(144.140)	(113.554)	(119.003)
Amortização de principal e juros ref. a obrigações com arrendamento mercantil		(106.825)	(95.562)	(71.734)	(61.293)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.017.573)	(263.432)	(533.773)	(145.948)
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa		(146.614)	99.138	(102.610)	50.539
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		436.406	337.268	218.025	167.486
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		289.792	436.406	115.415	218.025

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em milhares de reais – R\$



	Consolidado		Controladora	
	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2024	2023	2024	2023
Geração do valor adicionado				
Receita gerada:	3.509.882	2.984.231	2.102.352	1.724.954
Receita bruta	3.219.837	2.699.552	1.852.887	1.480.835
Outras receitas	85.785	84.012	85.785	84.012
Receitas relativas à construção de ativos próprios	200.222	200.222	159.643	159.643
Constituição para perda de crédito esperada – PCE	4.038	445	4.037	464
Insumos aplicados na geração da receita de serviços:	(1.889.075)	(1.690.465)	(1.290.305)	(1.071.448)
Serviços contratados	(1.568.548)	(1.369.925)	(1.074.382)	(865.069)
Materiais	(96.439)	(72.917)	(33.185)	(20.813)
Óleo combustíveis e gases	(299.949)	(230.480)	(207.725)	(158.261)
Reversão (contribuição) de provisão para riscos	14.733	198	(2.079)	(3.351)
Outros	61.128	(17.341)	27.066	(23.954)
Valor adicionado bruto	1.620.807	1.293.766	812.047	653.506
Depreciação e amortização	(278.562)	(227.654)	(99.297)	(89.898)
Valor adicionado líquido	1.342.245	1.066.112	712.750	563.608
Valor adicionado recebido por transferência:	170.789	185.232	248.283	204.903
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	116.698	34.761
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais ativas	170.789	185.232	131.585	170.142
Valor adicionado total a distribuir	1.513.034	1.251.344	961.033	768.511
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:	495.375	377.667	232.916	160.542
Remuneração	395.293	290.914	194.369	123.288
Benefícios	78.260	68.735	31.354	30.916
FGTS	21.822	18.018	7.193	6.338
Impostos, taxas e contribuições:	403.359	358.881	135.059	168.834
Federal	193.575	191.150	13.726	75.300
Estadual	177.373	141.642	120.023	92.038
Municipal	32.411	26.089	1.310	1.496
Remuneração de capitais de terceiros:	560.597	454.624	539.458	379.032
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais passivas	439.541	381.505	339.814	262.382
Afretamentos, locações e arrendamentos	121.056	73.119	199.644	116.650
Remuneração de capitais próprios:	53.703	60.172	53.600	60.103
Lucros retidos	53.600	60.103	53.600	60.103
Participação de acionistas não controladores	103	69	-	-
Valor adicionado total distribuído	1.513.034	1.251.344	961.033	768.511

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas (“Log-In” ou “Companhia”) são prestadoras de serviços marítimos de cabotagem e longo curso (Mercosul), além de operarem em transportes rodoviários de cargas e em terminais terrestres e portuários no Brasil.

A Companhia oferece soluções integradas para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta e carga fracionada, ou seja, por meio marítimo complementado pela ponta rodoviária. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 9 (nove) navios próprios em operação, 1.395 (mil, trezentos e noventa e cinco) veículos na frota própria, opera 1 (um) terminal portuário e 1 (um) terminal intermodal.

A Log-In (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem seus títulos negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código LOGN3.

A Companhia é controlada pela SAS Shipping Agencies Services Sàrl (“SAS”), empresa do Grupo MSC e titular majoritário das ações ordinárias de emissão da Log-In, excluídas as ações em tesouraria, conforme nota explicativa nº 18.

2. DESTAQUES

A seguir alguns assuntos importantes ocorridos no exercício de 2024:

▪ Aumento da frota de veículos da Tecmar

No primeiro trimestre de 2024, a empresa Tecmar adquiriu 98 novos veículos como parte do projeto de expansão da companhia. Essas aquisições têm como objetivo fortalecer a frota e aprimorar a capacidade operacional, contribuindo significativamente para a eficiência e segurança em nossos serviços.

▪ Recebimento do navio Log-In Experience e Log-In Evolution

No primeiro semestre de 2024, a controlada Log-In International GmbH recebeu na China os navios Log-In Evolution e o Log-In Experience. As embarcações são porta-contêineres com capacidade nominal de 3.158 TEUs (Twenty-foot Equivalent Unit), comprimento total de 199,98m e boca de 35,2m, cada. O Log-In Evolution entrou em operação em 10 de janeiro de 2024, em Xangai, de onde foi posicionado para o Brasil em viagem comercial. Em março/2024, o Log-In Evolution iniciou sua jornada nos serviços de Cabotagem e do Mercosul, trazendo mais capacidade e eficiência às operações da Log-In e à logística nacional. O Log-In Experience iniciou sua jornada em junho/2024 no serviço de Cabotagem e do Mercosul conhecido como Serviço Atlântico Sul (SAS), em substituição ao navio afretado MSC Belmonte III, trazendo mais eficiência às operações da Log-In e à logística nacional.

▪ Conclusão do retrofit do TVV – Terminal de Vila Velha S.A.

Desde 2021, a Log-In, por meio de sua subsidiária TVV, tem investido na modernização dos equipamentos e sistemas do Terminal. A conclusão do retrofit restaurou a plena disponibilidade dos ativos destinados à movimentação de carga no costado do Terminal e aproxima o cronograma de investimentos previsto para a prorrogação do contrato de arrendamento portuário da TVV — atualmente vigente até 2048 — de sua conclusão.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”..

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração e os Conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, total expectativa de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, com arredondamento quando aplicável, exceto quando indicado de outra forma.

Para as controladas do exterior que atuam em ambiente econômico estável e possuem moeda funcional distinta da Controladora (Reais), as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Para a Log-In Mercosur, controlada que atua em ambiente de economia hiperinflacionária (Argentina), os demonstrativos financeiros foram preparados pela Administração daquela investida na moeda funcional daquele país e posteriormente convertidos para a moeda de apresentação da controladora utilizando os preceitos previstos pelo CPC 42 – Contabilidade em economia hiperinflacionária (IAS 29).

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da alienação dos investimentos.

3.4 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, elaboradas até 31 de dezembro de 2024. Outras informações sobre as controladas da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 11.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o seu controle e termina quando o perde. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle e até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas, lucros não realizados e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações dos não controladores em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações dos não controladores, corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das controladas.

3.5 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções integradas para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta. Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes, a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminal terrestre, terminal portuário e armazenagem. Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes.

O Terminal Portuário (“Terminal de Vila Velha – TVV”) além de fazer parte das soluções integradas da Companhia, passou a operacionalizar cada vez mais cargas gerais, principalmente relacionadas a novos negócios, posicionando-se cada vez mais como terminal multipropósito. A Tecmar e a Oliva Pinto foram enquadradas como transporte rodoviário de carga da Companhia. As informações foram preparadas e analisadas pelo Presidente da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho da empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. São consideradas intermodalidades dos serviços prestados os três segmentos operacionais, os quais são:

- Soluções Integradas;
- Terminal Portuário; e
- Transporte Rodoviário de Carga.

O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional, com exceção dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

- Informações sobre resultado por segmento

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31 de dezembro de 2024					31 de dezembro de 2023				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
<i>Operações continuadas</i>										
Receita líquida	2.034.005	437.008	578.153	(253.410)	2.795.756	1.568.693	350.680	553.393	(134.141)	2.338.625
Custo dos serviços prestados	(1.793.218)	(227.167)	(584.638)	253.410	(2.351.613)	(1.335.370)	(195.031)	(475.230)	134.141	(1.871.490)
LUCRO BRUTO	240.787	209.841	(6.485)	-	444.143	233.323	155.649	78.163	-	467.135
<i>Recursos com subvenção - AFRMM aplicados</i>	85.785	-	-	-	85.785	84.012	-	-	-	84.012
Despesas administrativas e comerciais	(97.617)	(33.321)	(57.621)	-	(188.559)	(102.186)	(28.997)	(70.369)	-	(201.552)
Outras receitas (despesas), líquidas	154	1.552	8.377	-	10.083	(11.631)	857	2.156	-	(8.618)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	229.109	178.072	(55.729)	-	351.452	203.518	127.509	9.950	-	340.977
<i>RESULTADO FINANCEIRO</i>										
Receitas financeiras	80.809	15.553	5.113	(29.609)	71.866	76.298	19.377	3.027	(28.120)	70.582
Despesas financeiras	(219.450)	(39.439)	(37.938)	29.609	(267.218)	(190.119)	(39.299)	(48.320)	28.120	(249.618)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(73.975)	575	-	-	(73.400)	(17.947)	415	295	-	(17.237)
	(212.616)	(23.311)	(32.825)	-	(268.752)	(131.768)	(19.507)	(44.998)	-	(196.273)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	16.493	154.761	(88.554)	-	82.700	71.750	108.002	(35.048)	-	144.704
<i>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</i>										
Corrente	(45.509)	(27.700)	(2.527)	-	(75.736)	(38.520)	(34.243)	(1.627)	-	(74.390)
Diferido	65.835	(21.278)	2.182	-	46.739	(6.930)	(2.739)	(473)	-	(10.142)
	20.326	(48.978)	(345)	-	(28.997)	(45.450)	(36.982)	(2.100)	-	(84.532)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	36.819	105.783	(88.899)	-	53.703	26.300	71.020	(37.148)	-	60.172

RECEITA DE FRETES E DE SERVIÇOS

	31 de dezembro de 2024					31 de dezembro de 2023				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Receita de fretes	2.134.562	15.276	699.744	(241.564)	2.676.560	1.630.862	7.676	667.801	(128.757)	2.177.582
Receita de serviços	152.830	470.835	-	(11.846)	543.277	145.576	381.778	-	(5.384)	521.970
Receita bruta	2.287.392	486.111	699.744	(253.410)	3.219.837	1.776.438	389.454	667.801	(134.141)	2.699.552
Tributos sobre as receitas	(253.387)	(49.103)	(121.591)	-	(424.081)	(207.745)	(38.774)	(114.408)	-	(360.927)
Receita líquida	2.034.005	437.008	578.153	(253.410)	2.795.756	1.568.693	350.680	553.393	(134.141)	2.338.625

NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31 de dezembro de 2024					31 de dezembro de 2023				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Pessoal, encargos e benefícios	(270.472)	(71.631)	(131.899)	-	(474.002)	(238.231)	(68.193)	(113.028)	-	(419.453)
Material	(53.125)	(11.147)	(28.841)	-	(93.113)	(35.964)	(8.181)	(25.282)	-	(69.426)
Óleo combustível e gases	(236.833)	(7.871)	(55.087)	-	(299.791)	(172.005)	(5.713)	(43.632)	-	(221.350)
Afretamento, locações e arrendamento	(215.818)	(22.345)	(6.718)	133.770	(111.111)	(118.718)	(21.113)	(4.492)	85.388	(58.934)
Serviços contratados	(916.701)	(114.238)	(369.318)	119.640	(1.280.617)	(689.929)	(97.305)	(330.091)	48.753	(1.068.573)
Depreciação e amortização	(180.853)	(28.045)	(42.776)	(26.888)	(278.562)	(180.509)	(22.663)	(24.483)	-	(227.654)
Outros	(17.034)	(5.211)	(7.620)	26.888	(2.976)	(2.199)	(860)	(4.592)	-	(7.652)
	(1.890.836)	(260.488)	(642.259)	253.410	(2.540.172)	(1.437.555)	(224.028)	(545.600)	134.141	(2.073.042)

ATIVO NÃO CIRCULANTE

■ Informações sobre área geográfica

31 de dezembro de 2024					
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	2.399.757	446.191	285.738	(952.739)	2.178.947
Áustria	643.369	-	-	-	643.369
Outros países*	87	-	-	-	87
Ativo não circulante total	3.043.213	446.191	285.738	(952.739)	2.822.403

*Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

31 de dezembro de 2023					
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	2.272.531	319.853	226.023	(716.262)	2.102.145
Áustria	408.037	-	-	-	408.037
Outros países	24	-	-	-	24
Ativo não circulante total	2.680.592	319.853	226.023	(716.262)	2.510.206

PASSIVO

31 de dezembro de 2024					
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	1.414.189	205.150	69.806	-	1.689.145
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais totais	1.414.189	205.150	69.806	-	1.689.145
Passivo circulante	231.067	24.219	61.847	-	317.133
Passivo não circulante	1.183.122	180.931	7.959	-	1.372.012

31 de dezembro de 2023					
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	1.367.636	216.945	41.909	-	1.626.490
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais totais	1.367.636	216.945	41.909	-	1.626.490
Passivo circulante	208.429	23.841	27.455	-	259.725
Passivo não circulante	1.159.207	193.104	14.454	-	1.366.765

RECEITA BRUTA E LÍQUIDA

31 de dezembro de 2024						31 de dezembro de 2023				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	1.829.431	333.018	699.743	(162.271)	2.699.921	1.344.085	197.026	667.801	(103.550)	2.105.362
Argentina	76.552	-	-	(9.423)	67.129	218.805	3.572	-	(2.069)	220.307
Suíça	162.966	67.321	-	-	230.287	69.942	74.762	-	-	144.704
Áustria	89.096	-	-	(81.716)	7.380	36.968	-	-	(28.521)	8.447
Dinamarca	24.796	25.764	-	-	50.560	32.439	42.955	-	-	75.394
Alemanha	18.632	369	-	-	19.001	31.423	3.561	-	-	34.984
França	53.081	13.345	-	-	66.426	13.216	16.795	-	-	30.011
Israel	6.525	1.305	-	-	7.830	7.432	2.262	-	-	9.694
China	14.577	37.384	-	-	51.961	16.433	41.271	-	-	57.704
Itália	-	4.016	-	-	4.016	-	5.891	-	-	5.891
Outros (*)	11.737	3.589	-	-	15.326	5.694	1.359	-	-	7.053
Receita bruta	2.287.393	486.111	699.743	(253.410)	3.219.837	1.776.437	389.454	667.801	(134.141)	2.699.552
Tributos sobre receitas	(253.387)	(49.103)	(121.590)	-	(424.081)	(207.745)	(38.774)	(114.408)	-	(360.927)
Receita líquida	2.034.006	437.008	578.153	(253.410)	2.795.756	1.568.692	350.680	553.393	(134.141)	2.338.625

(*) Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

3.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (“DFC”)

A Companhia e suas controladas classificam nas demonstrações dos fluxos de caixa os juros pagos e os mútuos obtidos como atividade de financiamento, os mútuos concedidos como atividade de investimento e os dividendos recebidos como atividade operacional. Sendo assim, a Companhia entende que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros, os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais, os mútuos obtidos são úteis para prever as exigências sobre futuros fluxos de caixa, bem como para gerir sua capacidade financeira, utilizando recursos externos com objetivo de financiar as atividades operacionais e de financiamento e os mútuos concedidos representam aumento e/ou diminuição dos ativos de longo prazo (não circulantes) que a Companhia utiliza para produzir bens e serviços.

3.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Companhia e suas controladas, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

3.8 INFORMAÇÕES MATERIAIS DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações materiais das políticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas. Essas práticas contábeis são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores apresentadas para fins de comparação.

a) IFRS/CPC novas e alteradas em vigor no exercício corrente

A partir de 1º de janeiro de 2024, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

- Alterações à IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- Alterações à IAS 7 (CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e períodos comparativos.

b) IFRS/CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

- Emissão da IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras;
- Emissão da IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
- Alterações à CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- Alterações à CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;
- Alterações à CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Administração não espera que a adoção das normas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentados nas seguintes notas explicativas e consideram a não existência de mudanças para as demonstrações financeiras comparativas:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos	Notas explicativas
Mensuração das perdas de crédito esperadas ("PCE") em contas a receber	6
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	10
Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	10
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	12
Premissas para identificação de indicativos de perda e testes de recuperabilidade de ativos imobilizados e intangíveis	12 e 13
Taxa de desconto incremental utilizada para mensurar as transações com arrendamentos	14
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	17
Receitas altamente prováveis sujeitas à relação de <i>Hedge Accounting</i>	18
Remuneração baseada em ações	20

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa, mensurados a valor justo por meio do resultado, compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

As aplicações financeiras são inicialmente mensuradas a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações:

- Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada através do método de juros efetivos;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: títulos nos quais a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais títulos e valores mobiliários.

Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos	36.928	78.032	23.162	4.961
Aplicações financeiras	252.864	358.374	92.253	213.064
	289.792	436.406	115.415	218.025

As aplicações financeiras do consolidado referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 100,12% do CDI (103,73% em 31 de dezembro de 2023).

As aplicações financeiras da controladora referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 102,19% do CDI (103,73% em 31 de dezembro de 2023).

Composição das aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Valor justo por meio do resultado	8.037	126.177	-	123.744
Custo amortizado	31.031	-	-	-
	39.068	126.177	-	123.744
Circulante	7.411	126.177	-	123.744
Não circulante	31.657	-	-	-

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em fundos, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 89,21% do CDI (103,01% em 31 de dezembro de 2023).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

▪ Política contábil

Contas a receber de clientes representam os valores a receber pelos serviços prestados pela Companhia e suas controladas. É reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da não concretização do efetivo pagamento pelos seus clientes. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. Ao mensurar as Perdas de Crédito Esperadas ("PCE") a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam em premissas econômicas e como essas irão afetar potenciais riscos de perda por inadimplência em suas operações.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE, sendo uma estimativa da inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

A Companhia e suas controladas constituíram perda (PCE) para todas as contas a receber em que experiência histórica indicou que esses títulos em geral não são recuperáveis.

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contas a receber de clientes	407.350	351.681	180.902	188.981
Perdas de crédito esperadas	(1.584)	(5.636)	(1.584)	(5.621)
	405.766	346.045	179.318	183.360
Circulante	337.236	346.045	179.318	183.360
Não Circulante (a)	68.530	-	-	-

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
"Aging list" do contas a receber de clientes de curto prazo				
Valores a vencer	191.457	296.722	119.040	149.853
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	55.432	29.115	23.469	17.004
De 31 a 90 dias	34.434	8.330	15.311	7.506
De 91 a 180 dias	20.184	4.316	9.548	3.608
De 181 a 360 dias	23.575	4.908	11.166	3.453
Acima de 360 dias	13.738	8.290	2.368	7.557
	338.820	351.681	180.902	188.981

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Movimentação das perdas de crédito esperadas				
Saldos iniciais	(5.636)	(6.119)	(5.621)	(6.119)
Adições e Reversões	(4.038)	(445)	(4.037)	(464)
Baixas em contas a receber	8.090	928	8.074	962
Saldos finais	(1.584)	(5.636)	(1.584)	(5.621)

(a) Esse reconhecimento está relacionado ao processo judicial no Terminal de Vila Velha em que a União foi condenada a pagar as tarifas de armazenagem das mercadorias apreendidas pela Receita Federal, com juros e correção monetária, conforme sentença transitada em julgado. O montante a ser pago à Companhia será liquidado em aproximadamente três anos, com expectativa de pagamento até 2027. A venda do crédito por meio de precatório não se mostra viável economicamente para companhia no encerramento do exercício de 2024, uma vez que o montante permanecerá sujeito à correção monetária até o efetivo pagamento, e o fluxo de caixa da Companhia não contempla esse recebimento, caracterizando-o como um valor extraordinário, sem impacto direto na operação regular e necessidade de liquidez da Companhia. O reconhecimento desse saldo está na composição da receita de serviços, vinde nota explicativa 22.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

▪ Composição

As principais transações da Companhia com partes relacionadas consistem em prestação de serviços, realizadas em condições normais de mercado. Os preços praticados são determinados com base em critérios de mercado, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11, que apresenta informações sobre as empresas controladas envolvidas.

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2024		31.12.2023		31.12.2024		31.12.2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Velha S.A. - TVV (a)	-	-	-	-	62.558	13.274	42.927	4.016
Log-In Mercosur S.R.L (b)	-	-	-	-	9.807	2.163	60.584	6.478
Log-In International GmbH (c)	-	-	-	-	-	16.592	315.118	116.119
Log-In Uruguay (d)	-	-	-	-	471	1.804	363	1.411
Log-In Navegação Ltda (e)	-	-	-	-	18.731	2.010	12.666	20.442
Log-In Marítima Cabotagem Ltda (f)	-	-	-	-	75.778	31.782	45.623	30.511
Tecmar Transportes (g)	-	-	-	-	145.773	2.501	68.243	636
Grupo Oliva Pinto (h)	-	-	-	-	111	2.518	14	1.118
MSC Mediterranean Shipping Company S.A (i)	60.525	4.125	13.784	9.731	50.493	2.760	7.699	5.855
MSC Mediterranean Logística Ltda (i)	554	1.472	528	457	554	1.298	528	457
MSC Multi-Rio Operações Portuárias S.A (i)	427	48	947	-	119	48	154	-
Portonave (Grupo MSC) (i)	-	2.738	-	712	-	2.738	-	712
MSC Mediterranean Shipping do Brasil LTDA (i)	-	3.430	175	1.620	-	1.345	54	216
Uniter Administração de Bens Ltda (i)	-	23	-	-	-	23	-	-
MSC Global Supplies Srl (i)	755	-	-	-	377	-	-	-
Brasil Terminal Portuário S.A. (i)	-	36	-	-	-	36	-	-
Medlog Paraguay Sociedad Anonima (i)	-	197	-	-	-	197	-	-
	62.261	12.069	15.434	12.520	364.772	81.089	553.973	187.971
Circulante	62.261	12.069	15.434	12.520	257.654	81.089	206.185	187.971
Não circulante	-	-	-	-	107.118	-	347.788	-

Os saldos ativos com partes relacionadas se referem, principalmente, às seguintes transações:

- JCP a receber no montante de R\$3.523, dividendos a receber no montante de R\$49.669, compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$6.614 e reembolso de despesas no valor de R\$2.752.
- Dividendos a receber junto a Log-In Mercosur no montante de R\$36, reembolso de despesas no montante de R\$217, serviços de frete e limpeza de container no valor de R\$9.554
- O saldo do ativo é nulo em decorrência da liquidação dos mútuos a receber
- Reembolso de despesas administrativas.
- Compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$6.105 e reembolso de despesas no valor de R\$12.626.
- Dividendos a receber no montante de R\$69.389 Compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$1.728 e conta corrente com controlada referente a despesas com embarcação Log-In Polaris no valor de R\$4.661.
- Mútuos a receber junto a Tecmar Transportes no montante de R\$107.118 decorrentes de prestação de serviços, e serviços de frete no valor R\$38.655, transações essas com a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- Reembolso de despesas administrativas.
- Valores a receber junto ao grupo MSC decorrentes de prestação de serviços, transações essas sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.

Os saldos passivos com partes relacionadas se referem, basicamente, às seguintes transações:

- Valores a pagar no montante de R\$13.274 referente a serviços portuários e movimentação de carga e descarga de contêineres.
- Serviços de operações portuárias no valor de R\$2.163.
- Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, no montante de R\$16.592.
- Dividendos a pagar de R\$ 1.804, correspondente a US\$ 291, junto a Log-In Uruguay.
- Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, no montante de R\$2.010.
- Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, no montante de R\$31.782.
- Valores a pagar referentes a serviços de transporte rodoviário com a controlada, no montante de R\$2.501.
- Valores a pagar referentes a serviços de transporte rodoviário com a controlada, no montante de R\$2.518.
- Valores a pagar a empresas do grupo MSC referente a afretamento de embarcação e serviços contratados de apoio aos modais portuário e rodoviário.

As transações da Companhia com partes relacionadas registradas nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 totalizam os montantes a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2024		31.12.2023		31.12.2024		31.12.2023	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Terminal de Vila Vella S.A.	-	-	-	-	26	(11.197)	3	(18.242)
Log-In Mercosur S.R.L.	-	-	-	-	952	(9.423)	860	(2.069)
Log-In International GmbH.	-	-	-	-	3.888	(76.019)	22.742	(19.747)
Log-In Navegação Ltda.	-	-	-	-	-	(16.723)	3	(5.051)
Log-In Marítima Cabotagem Ltda.	-	-	-	-	-	(30.507)	-	(21.234)
MSC Mediterranean Logística Ltda	489	(14.358)	929	(8.221)	489	(11.957)	929	(8.221)
MSC Mediterranean Shipping Company S.A.	308.382	(8.346)	144.704	(14.115)	163.860	(8.345)	23.698	(14.035)
MSC Mediterranean Shipping do Brasil LTDA	14.678	(12.012)	8.202	(60)	17	(10.942)	88	-
MSC Multi-Rio Operações Portuárias S.A	7.098	-	23.940	-	347	-	-	(60)
Tecmar Transportes Ltda	-	-	-	-	24.913	(49.303)	20.935	(17.894)
Brasil Terminal Portuário S.A	-	(70)	-	(42)	-	(70)	-	(42)
Portonave S/A Terminais Portuários de Navegantes	-	(36.474)	-	(21.451)	-	(36.474)	-	(21.451)
Medlog Argentina S.A	-	(383)	-	(93)	-	(383)	-	(93)
Uniter Administração de Bens Ltda	-	(277)	-	-	-	(277)	-	-
Mediterranean Shipping Company Espana, S.L.U.	-	(166)	-	-	-	(166)	-	-
Oliva Pinto Logística Ltda	-	-	-	-	99	(25.846)	5	(16.553)
	330.647	(72.086)	177.775	(43.981)	194.591	(287.632)	69.262	(144.692)

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2024		31.12.2023		31.12.2024		31.12.2023	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Frete e serviços	330.647	(72.086)	177.775	(43.981)	182.827	(270.876)	42.078	(144.692)
Receitas Financeiras	-	-	-	-	11.764	-	27.184	-
Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	(16.756)	-	-
	330.647	(72.086)	177.775	(43.981)	194.591	(287.632)	69.263	(144.692)

O saldo de mútuo a receber com a controlada Log-In International GmbH teve a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Saldo em 31.12.2023	Encargos financeiros e variação cambial, líquidos	Liquidação de mútuos	Saldo em 31.12.2024
Mútuos com controladas	91.961	(5.416)	(86.545)	-

O saldo de mútuo a receber com a controlada Tecmar Transportes Ltda. teve a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Saldo em 31.12.2023	Mútuos concedidos	Encargos financeiros	Saldo em 31.12.2024
Mútuos com controladas	39.205	59.483	8.431	107.118

A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo benefícios de curto e longo prazos, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Remuneração e bônus	20.840	18.299	20.840	18.299
Plano de opção de ações	633	6.852	633	6.852
	21.473	25.152	21.473	25.152

A Companhia firmou contrato para arrendamento de contêineres e imóvel com o Grupo MSC. Os valores estão apresentados na nota explicativa nº 14, na rubrica “Composição das obrigações com arrendamento mercantil”, no grupo “Equipamentos de contêineres” e “Imóveis de Escritório”, no montante total de R\$87.272 e R\$ 28.966 respectivamente, sendo o valor a seguir referente a partes relacionadas:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
MSC Mediterranean Shipping Company S.A	36.530	11.574	36.530	11.574
Uniter Administração de Bens Ltda.	659	-	659	-
	37.189	11.574	37.189	11.574

8. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Imposto e renda e contribuição social	27.154	26.733	7.112	3.239
PIS e COFINS	55.665	22.376	38.898	8.933
Outros	2.519	2.778	1.826	1.527
	85.338	51.887	47.836	13.699
Circulante	85.338	51.887	47.836	13.699

9. ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE – “AFRMM”

▪ Política contábil

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004. Com as alterações trazidas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM passou a ser de responsabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB).

O AFRMM destina-se a atender aos encargos da intervenção da União no apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval brasileira e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A Companhia aufer 8% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes, cujos montantes podem apenas ser utilizados na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante – FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia. Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica.

As subvenções para investimento não estão sujeitas à tributação, devendo ser registradas como reservas de lucros até o limite do lucro líquido do período, conforme nota explicativa nº 18. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação vigente a essa subvenção para investimentos.

▪ Composição

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023
Balanco patrimonial – Ativos:		
AFRMM a aplicar (estimativa de liberação em 12 meses)	48.402	19.587
AFRMM a aplicar ^(a)	95.125	93.641
	143.527	113.228
Circulante	48.402	19.587
Não circulante	95.125	93.641
(b) O AFRMM a aplicar está reconhecido no ativo não circulante devido a previsibilidade de recebimento dos recursos, junto ao órgão administrador da subvenção, ser maior do que o ciclo operacional praticado pela Companhia.		

Segue a movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	113.228	59.316
Adições/receita	85.785	84.012
Transferência para conta corrente	(55.996)	(30.157)
Outros	510	57
Saldo final	143.527	113.228

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

▪ Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e mensurados pelas alíquotas estimadas para o período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos e créditos fiscais sejam utilizáveis, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro, base do registro contábil do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2024, baseia-se em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esse processo de análise técnica e aprovação é efetuado anualmente pela Companhia.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados preparados pela Administração. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável futuro projetado, baseado no planejamento de movimentação de contêineres e cargas, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos tais como taxas de câmbio, taxas de inflação e juros; e (iii) aspectos comerciais e tributários, esses quando alterados.

Além disso, a Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas. A Log-In e suas controladas estão sujeitas a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão de diferenças na interpretação das leis e regulamentos tributários aplicáveis.

▪ Reconciliação do Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro (CSLL)

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro antes dos impostos	82.700	144.704	(13.782)	91.050
Despesa IRPJ e CSLL à alíquota efetiva (34%)	(28.118)	(49.199)	4.716	(30.957)
Ajustes:				
Receitas subvenções fiscais (AFRMM aplicado)	29.167	28.564	29.167	28.564
Resultado de equivalência	-	-	39.677	11.819
Efeitos de Arredamento Mercantil – CPC 06(R2)	13.320	(4.381)	14.991	(3.970)
Créditos (compensação) sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	(44.660)	(60.708)	(21.814)	(42.259)
Crédito presumido de ICMS	-	11.299	-	7.645
Realização de valor justo	-	(9.920)	-	(9.920)
Outros	1.294	(187)	735	8.131
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(28.997)	(84.532)	67.472	(30.947)
Corrente	(75.736)	(74.390)	(2.298)	(30.881)
Diferido	46.739	(10.142)	69.770	(66)

Composição tributos diferidos

Impostos diferidos	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Balanco patrimonial - ativo (líquido):				
Prejuízos fiscais e bases negativas	348.108	344.797	345.121	337.325
Diferenças temporárias (a)	180.467	106.453	159.728	89.762
	528.575	451.250	504.849	427.087
Balanco patrimonial - passivo (líquido):				
Diferenças temporárias (b)	49.699	34.924	-	-
	49.699	34.924	-	-

- (a) Diferenças temporárias ativas relacionadas, basicamente, às provisões operacionais e administrativas, provisões para riscos e variação cambial tributadas pelo regime de caixa.
- (b) Diferenças temporárias passivas relacionadas, basicamente a depreciação acelerada de embarcação nas empresas de navegação e as mais e menos valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos na transação de combinação de negócios Tecmar.

A expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos ativos, atualizados pelas diferenças temporais ocorridas até 31 de dezembro de 2024, conforme estudo aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada conforme quadro a seguir:

Ano	Consolidado	Controladora
	31.12.2024	31.12.2024
2025	13.865	8.148
2026	14.319	13.025
2027	29.666	28.969
2028	40.460	38.974
2029	48.473	46.909
2030-2032	214.421	208.152
2033-2034	167.371	160.672
	528.575	504.849

As principais premissas do Estudo Técnico (Plano de Negócios) preparadas pela Administração e aprovados pelos órgãos de governança são:

- Premissas operacionais e econômicas consideram uma operação com uma frota de nove embarcações próprias, trazidas no direito de tonelagem, aliadas às estratégias de crescimento de capacidade no médio prazo;
- O projeto de modernização do TVV possibilitará uma otimização operacional no porto de Vila Velha e maior sinergia operacional e comercial com as soluções integradas da Companhia.

As bases e os impostos apresentados a seguir representam os créditos tributários não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2024, em função da ausência de perspectiva de realização desses montantes no estudo técnico aprovado.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
IRPJ	1.172.564	293.141	781.187	195.297
CSLL	1.083.584	97.523	877.686	78.992
Total		390.664		274.288

As mudanças no CPC 32 (IAS 12) foram feitas para adequação às regras do Pilar Dois da OCDE, que impõem uma tributação mínima global para grandes empresas. A norma exige que grupos econômicos com receita acima de € 750 milhões avaliem sua alíquota efetiva em cada país onde atuam. Caso essa alíquota seja inferior a 15%, será necessário pagar um tributo complementar.

No Brasil, a regra foi implementada pela Lei nº 15.079/2024, com vigência a partir de 2025. A Companhia está analisando os possíveis impactos e eventuais efeitos serão refletidos nas próximas demonstrações financeiras.

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

▪ Política contábil

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. Para fins de mensuração do resultado de equivalência patrimonial, a Log-in e suas controladas utilizam a mesma data base.

▪ Composição

Entidades	Atividade principal	Quantidade de quotas/ações (em un.)	% de participação
Log-In International GmbH (a)	Logística	1	100,00
Log-In Mercosur S.R.L. (b)	Apoio portuário	567.819	94,00 ¹
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (c)	Apoio portuário	100.000	100,00
Log-In Navegação Ltda. (d)	Feeder	101.394.963	99,999 ²
Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (e)	Cabotagem	166.511.443	99,999 ²
Terminal de Vila Velha S.A. (f)	Portuária e armazenagem	9.766.706	99,90
Tecmar Transportes Ltda. (g)	Transporte rodoviário	44.143.902	100,00
Oliva Pinto Logística Ltda. (h)	Transporte rodoviário	600.000	100,00 ³

a) 6% são detidos pela Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.

b) 0,001% detidos pelo TVV.

c) 100% adquiridos pela controlada Tecmar Transportes Ltda.

a) Log-In International GmbH ("GmbH")

Empresa sediada na Áustria, com atuação no país ou no exterior e propósito de administrar, adquirir, vender ou alugar propriedade real e pessoal em todo o mundo, no campo da logística e especificamente em relação com as empresas do grupo Log-In.

b) Log-In Mercosur S.R.L. ("Log-In Mercosur")

Sociedade sediada na Argentina, com atuação na prestação de serviços de administração e logística, com assessoramento especializado no transporte, distribuição de materiais e equipamentos, por vias aérea, terrestre, marítima ou fluvial; no país ou exterior, além de armazenagem e despacho aduaneiro.

c) Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. ("Log-In Uruguay")

Companhia sediada no Uruguai, com atuação no país ou no exterior, cujo objeto consiste em participar de outras sociedades, assim como realizar e administrar todo tipo de atividades de investimentos em títulos e valores mobiliários, além de compra, venda, aluguel, administração, construção e operações com bens imóveis, exceto bens rurais.

d) Log-In Navegação Ltda. ("Log-NAV")

Sociedade sediada no Brasil cujo objeto consiste em explorar, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem de longo curso e fluvial, assim como agenciar e armar embarcações, promover a representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou assessorias, inerentes às suas atividades.

e) Log-In Marítima Cabotagem Ltda. ("Log-MAR")

Empresa sediada no Brasil, com atuação na exploração de embarcações próprias ou de terceiros, no comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem, de longo curso e fluvial, no agenciamento e armação de embarcações, na representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, operações de transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou assessorias, inerentes às suas atividades.

f) Terminal de Vila Velha S.A. ("TVV")

Companhia sediada no Brasil, que atua como operador portuário na exploração comercial dos berços 203 e 204 do cais de Capuaba, no Porto Organizado de Vitória, Espírito Santo e de suas instalações portuárias complementares e equipamentos destinados a movimentação de contêineres e carga geral, além da operação de transporte multimodal.

g) Tecmar Transportes Ltda. ("Tecmar")

Empresa sediada no Brasil, que atua no transporte rodoviário nacional, municipal e internacional de cargas e encomendas, armazém geral, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie. Opera também na organização logística de distribuição em nome próprio, de terceiros, consignatários ou expedidor além de atuar como operador logístico, administração e controle de estoque.

h) Oliva Pinto Logística Ltda. ("OP Logística")

Empresa sediada no Brasil, que atua principalmente no transporte rodoviário de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto produtos perigosos e mudanças.

■ Principais saldos das sociedades controladas

	31.12.2024				31.12.2023			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Log-In Internacional GmbH	670.728	8.640	662.088	46.927	540.254	321.962	218.292	(17.237)
Log-In Mercosur S.R.L.	15.123	14.616	507	10.386	54.782	61.756	(6.974)	(9.585)
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.	2.396	695	1.701	1.452	1.852	960	892	(607)
Log-In Navegação Ltda.	153.184	133.074	20.110	(29.189)	189.815	135.223	54.592	(4.617)
Log-In Marítima Cabotagem Ltda.	298.251	125.928	172.323	70.964	252.208	81.459	170.749	32.424
Terminal de Vila Velha S.A.	638.952	448.645	190.307	105.783	546.934	411.479	135.455	71.020
Tecmar Transportes Ltda.	379.739	362.933	16.806	(88.899)	284.691	237.319	47.372	(37.212)
Oliva Pinto Logística Ltda. ^(a)	73.144	46.365	26.779	4.500	73.728	60.379	13.349	(10.285)

(a) Empresa avaliada pelo método de equivalência patrimonial na controlada Tecmar e controlada indireta da Log-In.

■ Movimentação dos investimentos em sociedades controladoras

	Log-In GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay	Log-Mar	TVV	Log-Nav	Tecmar	Total
Saldos em 31/12/2022	235.534	13.893	2.420	180.072	103.390	58.629	128.608	722.546
Equivalência patrimonial	(17.237)	(9.010)	(607)	32.424	71.020	(4.616)	(37.212)	34.762
Incorporação Oliva Pinto	-	-	-	-	-	-	(2.418)	(2.418)
Dividendos e JCP propostos e distribuição de lucros acumulados	-	(2.102)	-	(41.747)	(39.055)	-	-	(82.904)
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	35.748	35.748
Reserva de hedge	-	-	-	-	-	579	-	579
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	5.824	5.824
Amortização de mais-valia de imobilizado	-	-	-	-	-	-	(21.218)	(21.218)
Amortização de mais-valia de não competição	-	-	-	-	-	-	(232)	(232)
Amortização de mais valia ativo indenizável	-	-	-	-	-	-	(5.250)	(5.250)
Amortização de contingências	-	-	-	-	-	-	(2.476)	(2.476)
Tributos diferidos sobre mais/menos valia	-	-	-	-	-	-	9.920	9.920
Outros	-	-	-	-	100	-	(174)	(74)
Ajustes de conversão	(5)	(9.337)	(921)	-	-	-	-	(10.263)
Saldos em 31/12/2023	218.292	(6.556)	892	170.749	135.455	54.592	111.120	684.544
Equivalência patrimonial	46.932	9.761	1.451	70.964	105.678	(29.189)	(88.897)	116.700
Efeito inflacionário	-	(5.346)	-	-	-	-	-	(5.346)
Dividendos e JCP propostos	-	-	-	(69.389)	(53.814)	-	-	(123.203)
Aumento de capital social	396.861	-	-	-	-	-	58.334	455.195
Reserva de hedge	-	-	-	-	-	(5.293)	-	(5.293)
Mais-valia de imobilizado	-	-	-	-	-	-	(21.218)	(21.218)
Mais-valia de não competição	-	-	-	-	-	-	(232)	(232)
Amortização de mais-valia de imobilizado	-	-	-	-	-	-	(5.503)	(5.503)
Menos-valia de contingências	-	-	-	-	-	-	11.976	11.976
Tributos diferidos sobre mais/menos valia	-	-	-	-	-	-	5.092	5.092
Derivativos	-	-	-	-	2.938	-	-	2.938
Ajustes de conversão	-	2.616	(643)	-	-	-	-	1.973
Saldos em 31/12/2024	662.085	475	1.700	172.324	190.257	20.110	70.672	1.117.623
Investimentos	662.085	475	1.700	172.324	190.257	20.110	70.672	1.117.623
Perda com investimento	-	-	-	-	-	-	-	-

▪ Mais/menos- valia e Goodwill da aquisição da Tecmar Transportes Ltda.

Em 16 de março de 2022, a Companhia celebrou o termo de fechamento (“Termo de Fechamento”) registrando o cumprimento ou a dispensa das obrigações e condições precedentes necessárias para a implementação da compra e venda, pela Companhia, da Tecmar. O preço de aquisição mensural foi de R\$102.764. A alocação do custo total de aquisição é distribuída da seguinte forma:

	Ajustes
Valor contábil dos ativos, líquidos dos passivos e tributos diferidos	
Mais-valia do ativo imobilizado (a)	114.930
Mais-valia do ativo intangível (b)	1.160
Ativos indenizáveis (c)	195.018
Menos-valia das provisões para risco (c)	(223.398)
Valor justo dos ativos líquidos dos passivos identificados	87.710
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(29.821)
Valor justo dos ativos líquidos dos passivos identificados	57.889
Valor contábil dos ativos líquidos	15.859
Total	73.748
Purchase Price Allocation (PPA)	
Custo total da aquisição	102.764
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	73.748
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”)	29.016

- (a) O laudo de avaliação dos ativos, emitido por empresa de avaliação independente, detalhou ajuste a valor justo no montante de R\$114.930 no imobilizado, relacionado à mais-valia principalmente de veículos (caminhões e acessórios pesados). Essa mais-valia dos ativos adquiridos refere-se à idade operacional e o valor residual dos bens do imobilizado da adquirida. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de Investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado, conforme nota explicativa nº 12.
- (b) O laudo de avaliação dos ativos, emitido por empresa de avaliação independente, também detalhou ajuste a valor justo no montante de R\$1.160 relacionado à mais-valia de cláusula de não competição. Essa mais-valia dos ativos adquiridos refere-se ao valor justo da cláusula de não-concorrência prevista no contrato de compra e venda de quotas (essa mais-valia foi considerada um intangível na data base do laudo). Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de Investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como intangível, conforme nota explicativa nº 13.
- (c) O laudo de avaliação dos passivos, emitido por empresa de avaliação independente, também detalhou um ajuste a valor justo no montante de R\$223.398 relacionado à menos-valia de provisões para riscos contingenciais. Essa menos-valia dos passivos assumidos refere-se ao valor dos passivos contingentes os quais apresentam ativos de indenização no montante de R\$195.018 (itens 23 e 27 do CPC 15 Combinação de Negócios). Essa menos-valia foi considerada uma provisão para risco na data base do laudo. Já nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de Investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como Provisões para Risco, conforme nota explicativa nº 17.

As garantias do pagamento da indenização concedidas pelas vendedoras à Companhia no montante total de R\$195.018 são as seguintes:

- Possibilidade da Companhia abater do valor devido às vendedoras à título de parcela diferida do preço de aquisição, eventuais perdas indenizáveis efetivamente incorridas pela Companhia no valor de até R\$75.018;
- Possibilidade da Companhia compensar o saldo em seu favor, após o 5º aniversário da data de fechamento com os valores devidos às vendedoras à título de aluguel de determinados imóveis alugados pela Tecmar, sujeito ao limite de R\$25.000; e
- Possibilidade da Companhia, após o 5º aniversário da data de fechamento, executar as quotas de holding de titularidade das vendedoras cujo patrimônio é formado por determinados imóveis, conforme acordados pelas partes. O valor estimado das obrigações garantidas das vendedoras, atribuído no Contrato exclusivamente para os fins do artigo 1.362, inciso I, do Código Civil, e sem qualquer prejuízo ou influência na obrigação de indenizar das vendedoras, nos termos do Contrato, é de R\$95.000.

12. IMOBILIZADO

▪ Política contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*).

Os gastos com grandes manutenções (docagem) planejadas, efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das embarcações, são reconhecidos no ativo imobilizado. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como custos no resultado do período. As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal. Esses itens são depreciados de acordo com a vida útil do ativo imobilizado correspondente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

■ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência das suas idades, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia não identificou indicadores de *impairment*.

Composição

	Taxas médias anuais	Consolidado		Controladora	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Bens em operação:					
Embarcações	5%	1.206.353	749.353	164.571	164.571
Edificações e Instalações	6%	198.508	164.990	18.722	18.523
Máquinas e equipamentos	7%	227.337	161.059	16.110	5.363
Benfeitorias embarcações afretadas	20%	300.005	240.148	155.265	147.850
Móveis e utensílios	10%	14.187	12.093	5.455	5.135
Equipamentos de processamento de dados	20%	52.417	51.084	24.581	24.348
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10%	38.719	14.531	7.592	7.437
Veículos	20%	425.434	371.294	96	96
Outros bens	20%	3.908	3.357	2.762	2.762
		2.466.868	1.767.909	395.152	376.085
Imobilizações em curso		59.599	437.860	2.663	108.343
Imobilizado custo		2.526.467	2.205.769	397.816	484.428
Depreciação acumulada		(1.036.106)	(861.712)	(262.338)	(233.334)
Imobilizado líquido		1.490.361	1.344.057	135.478	251.094

■ Movimentação

	Consolidado						Controladora	
	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias embarcações afretadas	Demais bens	Imobilizações em curso	Total	Total
Custo								
Saldos em 31/12/2022	749.354	150.658	156.803	240.148	472.817	226.690	1.996.469	508.952
Adições	-	12.220	4.256	-	73	211.170	227.719	193.456
Transferências	-	-	-	-	(20.531)	-	(20.531)	(217.980)
Reclassificações	-	2.112	-	-	-	-	2.112	-
Saldos em 31/12/2023	749.354	164.990	161.059	240.148	452.359	437.860	2.205.769	484.428
Adições	-	-	-	-	-	201.498	201.498	151.887
Transferências / Baixas	456.999	33.517	66.278	59.857	82.306	(698.957)	-	(238.499)
Saldos em 31/12/2024	1.206.353	198.508	227.337	300.005	534.665	59.599	2.526.467	397.816
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2022	(273.786)	(46.548)	(73.689)	(84.470)	(237.323)	-	(715.815)	(199.312)
Adições	(45.798)	(5.333)	(9.888)	(39.114)	(46.590)	-	(146.723)	(34.645)
Baixas	-	-	-	-	826	-	826	623
Saldos em 31/12/2023	(319.584)	(51.881)	(83.577)	(123.584)	(283.087)	-	(861.712)	(233.334)
Adições	(69.578)	(7.601)	(12.479)	(33.770)	(50.964)	-	(174.393)	(29.004)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2024	(389.162)	(59.482)	(96.056)	(157.354)	(334.051)	-	(1.036.106)	(262.338)
Total	817.191	139.025	131.280	142.650	200.615	59.599	1.490.361	135.478

As principais imobilizações em curso em 31 de dezembro de 2024 são:

- R\$21.075 decorrente da aquisição de novos equipamentos da controlada TVV;
- R\$6.714 decorrente da reforma do *dolphin* de atracação da controlada TVV;

- R\$6.484 decorrente de aquisições de itens para garantias operacionais das embarcações;
- R\$4.708 decorrente da reforma parcial do pátio da controlada TVV;
- R\$1.594 decorrente das benfeitorias das novas embarcações.

Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção:

Cascos EI 506, EI 507 e EI 508

Em 12 de julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de 3 (três) embarcações junto ao estaleiro EISA, consequentemente, foi constituída provisão para perdas estimadas com a realização dos referidos ativos, líquida do valor da indenização a receber, no montante total de R\$502.928, como segue:

Descrição	Consolidado e Controladora				
	Cascos EI-506, EI-507 e EI-508	Indenização por inadimplemento contratual, a receber	Materiais e equipamentos no estaleiro	Reversão da perda estimada ^(b)	Provisão para perdas estimadas
Adiantamentos efetuados ao "EISA"	420.461	(59.632)	(22.236) ^(a)	(281.165)	57.428
Encargos capitalizados	164.335	-	-	(164.335)	-
	584.796	(59.632)	(22.236)	(445.500)	57.428

a) Em 30 de novembro de 2007, a Log-In celebrou com o EISA o Contrato de Construção de Navios sob Encomenda ("Contrato de Construção"), por meio do qual o EISA obrigou-se a "construir, lançar, equipar, montar, testar e entregar para a CONTRATANTE [Log-In], 05 (cinco) navios porta-contêiner de 2.700 (dois mil e setecentos) TEU, feitos de aço (...)", cujos cascos seriam identificados pelos números EI-504, EI-505, EI-506, EI-507 e EI-508.

Em 2016, o estaleiro entrou em recuperação judicial e paralisou as suas operações sem entregar 3 navios, referentes aos cascos 506, 507 e 508, além de respectivas partes e peças. A Log-In rescindiu o contrato de construção e, em 2017, após a realização de teste de recuperabilidade dos ativos, realizou o lançamento contábil de saldo residual no ativo imobilizado referente aos valores que, à época, a Companhia entendia que teria condições de recuperar do estaleiro. O referido contrato previa que nas hipóteses de inadimplemento pelo estaleiro, a Log-In teria o direito de assumir a posse das partes e peças adquiridas pelo estaleiro com os recursos adiantados pela Companhia no âmbito do contrato de construção ou reverter o valor correspondente em indenização.

A Assembleia de Credores do EISA deveria ter ocorrido no primeiro semestre de 2021, na qual o controlador do estaleiro apresentaria um plano de recuperação crível e que endereçasse o tema das partes e peças, mas isso não ocorreu. Até o momento o EISA não apresentou plano de recuperação judicial com condições factíveis para o pagamento dos credores, dentre eles a Log-In. Em virtude disso, as negociações que vinham sendo mantidas com o EISA para a retirada das partes e peças do estaleiro mostraram-se inviáveis.

Nesse contexto e após análise da Administração da Companhia, foi deliberado em reunião de diretoria realizada em 27 de setembro de 2021, a desistência das partes e peças e conversão dos valores correspondentes em indenização. Em paralelo, o processo de RJ do EISA será acompanhado para cobrança dos créditos da Log-In, já habilitados no processo judicial e os valores acima estão 100% provisionados nas demonstrações financeiras.

Em 2023, foi realizada a segunda convocação da Assembleia de Credores, na qual foi deliberado a aprovação do plano de recuperação das Classes I (trabalhista), III (quirografia) e IV (quirografia EPP/ME). Para a Classe II (garantia real), houve um impasse de votos entre as partes representadas pelos credores do EISA e a Log-In, resultando na não aprovação do Plano de Recuperação Judicial. Ato contínuo, o EISA apresentou um pedido de "cram down" para a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, no qual foi deferido em 08 de agosto de 2023.

b) No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2024, a Log-In classificou, como perda definitiva, a dedução dos créditos da parcela efetiva que excede o compromisso assumido pelo EISA no âmbito do acordo de recuperação.

13. INTANGÍVEL

▪ Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos intangíveis em desenvolvimento (sistemas) são as aplicações dos resultados de pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando a produção de sistemas ou aprimoramento substancial, antes do início do seu uso, caracterizado conforme referido no CPC 04 (R1). Após a finalização do projeto e a sua disponibilidade para obter os benefícios gerados pela Companhia, é reconhecido no seu montante total como ativo intangível (sistemas) e amortizado a partir desta data.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Na aquisição do investimento em uma controlada, coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil nas demonstrações financeiras consolidadas como um ativo intangível. Se houver evidência objetiva de que o investimento em uma controlada, coligada ou joint venture está deteriorado, as exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia. Anualmente, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio classificado como ativo a intangível nas demonstrações financeiras consolidadas) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 como um único ativo comparando seu valor recuperável com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil calculado na aquisição. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

▪ Composição

	Consolidado						Controladora
	Sistemas	Ágio em Investimentos	Carteira de clientes	Não competição	Intangível em desenvolvimento	Total	Total
Custo							
Saldos em 31/12/2022	141.832	39.438	22.461	5.533	6.340	215.604	132.450
Adições	7.442	113	18	-	2.144	9.717	6.131
Transferências	-	20.531	-	(132)	-	20.399	-
Saldos em 31/12/2023	149.274	60.082	22.479	5.401	8.484	245.720	138.581
Adições	-	-	-	-	10.479	10.479	7.059
Transferências	10.441	-	1	-	(10.442)	-	-
Saldos em 31/12/2024	159.715	60.082	22.480	5.401	8.521	256.200	145.640
Amortização acumulada							
Saldos em 31/12/2022	(116.191)	-	-	(193)	-	(116.384)	(106.472)
Adições	(7.601)	-	(3.594)	(951)	-	(12.146)	(6.110)
Saldos em 31/12/2023	(123.792)	-	(3.594)	(1.144)	-	(128.530)	(112.583)
Adições	(8.042)	-	(3.600)	(908)	-	(12.550)	(6.233)
Saldos em 31/12/2024	(131.834)	-	(7.194)	(2.052)	-	(141.080)	(118.816)
Total	27.882	60.082	15.286	3.350	8.521	115.120	26.824
Taxa média de amortização	20%		20%	20%			20%

Os principais intangíveis em desenvolvimento em 31 de dezembro de 2024 são:

- R\$4.103 referente a transformação digital de sistemas administrativos e operacionais.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL

▪ Política contábil

No início de um contrato, a Companhia avalia se esse instrumento é ou contém um arrendamento mercantil. Um contrato é ou contém um arrendamento quando a Companhia obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em troca de uma contraprestação.

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como *tablets* e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente amortizado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Esses são classificados como circulante ou não circulante, de acordo com os prazos das contraprestações.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do período se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As taxas incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato.

▪ Composição e movimentação dos ativos de direito de uso

	Consolidado								Controladora	
	Equipamentos contêineres	Imóveis de escritório	Veículos	Terminais portuários	Imóveis em terminais portuários	Equipamentos portuários	Equip. Informática/Sistemas	Embarcação	Total	Total
Custo										
Saldos em 31.12.2022	187.483	54.710	-	88.794	20.358	18.664	6.878	33.876	410.763	241.445
Adições	44.481	4.375	18.233	3.973	3.973	7.108	1.511	34	79.820	46.215
Baixa	-	(2.817)	-	-	-	-	-	-	(2.817)	-
Reclassificação	8.633	-	-	-	-	-	-	-	8.633	8.633
Saldos em 31.12.2023	240.597	56.268	18.233	92.767	20.463	25.772	8.389	33.910	496.399	296.293
Adições	51.314	20.598	601	3.783	1.458	4.839	1.349	-	83.942	55.074
Baixa	-	(1.598)	-	-	-	-	-	-	(1.598)	-
Reclassificação	-	904	-	-	-	-	-	-	904	904
Saldos em 31.12.2024	291.911	76.172	18.834	96.550	21.921	30.611	9.738	33.910	579.647	352.271
Amortização acumulada										
Saldos em 31.12.2022	(111.062)	(20.175)	-	(6.319)	(15.307)	(12.014)	(1.038)	(9.141)	(175.056)	(142.363)
Adições	(29.651)	(11.012)	(3.035)	-	(4.667)	(4.874)	(1.935)	(1.730)	(60.154)	(40.510)
Reclassificação	(8.633)	-	-	-	-	-	-	-	(8.633)	(8.633)
Saldos em 31.12.2023	(149.346)	(31.187)	(3.035)	(9.569)	(19.974)	(16.888)	(2.973)	(10.871)	(243.843)	(191.506)
Adições	(55.293)	(16.960)	(4.413)	(3.409)	(1.947)	(6.527)	(2.316)	(1.695)	(92.560)	(64.060)
Baixa	-	941	-	-	-	-	-	-	941	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46
Saldos em 31.12.2024	(204.639)	(47.206)	(7.448)	(12.978)	(21.921)	(23.415)	(5.289)	(12.566)	(335.462)	(255.520)
	87.272	28.966	11.386	83.572	-	7.196	4.449	21.344	244.185	96.751
Taxas médias de amortização	25,45%	39,03%	30,00%	3,57%	20,00%	49,17%	14,55%	5,00%		

▪ Composição das obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Equipamentos de contêineres	116.053	88.870	116.053	88.870
Veículos	13.434	16.658	-	-
Imóveis de escritório	33.052	28.398	6.387	7.374
Terminal portuário	91.178	88.394	-	-
Imóvel em terminal portuário	-	970	-	970
Equipamentos portuários	7.900	9.248	1.096	1.119
Sistemas	5.743	6.311	4.439	6.311
Embarcações (a)	6.970	6.754	-	-
	274.330	245.603	127.975	104.644

- (a) Em 19 de março de 2018, a controlada Log-In International GmbH obteve financiamento junto a instituição financeira londrina (*Bairrigg Leasing No.3 Limited*), no montante de US\$5.100 mil (equivalentes em Euros 4.156 mil e R\$16.260), tendo como garantia a transferência da propriedade da embarcação NV Resiliente para a OCM Log-In Resiliente LLC. O prazo do financiamento era de 5 (cinco) anos, com amortização mensal de US\$60 mil, acrescido de juros anuais "pro rata" pela Libor, conforme contrato pactuado entre as partes e a Controladora.

A Log-In International GmbH detém os direitos de uso/operação da embarcação NV Resiliente, operação de "Sale lease back", firmados em contrato de afretamento à casco nu com a Bairrigg Leasing No. 3 Limited. As obrigações financeiras da Log-In International GmbH são: (i) amortização da dívida em 5 (cinco) anos, em 60 parcelas fixas mensais, de US\$60 mil cada; e (ii) pagamento final de US\$1.500 mil (valor de recompra). Com a amortização total da dívida, no prazo ou de forma antecipada, haverá obrigatoriamente a transferência da propriedade da embarcação de volta para a Log-In International GmbH, cujas regras para a recompra antecipada (opcional) ou no final do prazo contratual (obrigatória) estão definidas no referido contrato.

Em março/2023 foi celebrado o aditamento do contrato de *sale leaseback* com a Bairrigg Leasing, refinanciando a transação por mais 5 anos. O montante total remanescente negociado foi de USD 1.630 mil com amortizações mensais de USD 27 mil, com incidência de juros mensais, calculados pela SOFR + 4,5% a.a.

▪ Movimentação obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
Movimentação		
Saldo em 31.12.2023	245.603	104.644
Adição	83.942	55.074
Juros e variação cambial no exercício	51.610	39.991
Pagamentos no exercício	(106.825)	(71.734)
Saldo em 31.12.2024	274.330	127.975
Circulante	93.321	68.297
Não circulante	181.009	59.678

▪ Cronograma de vencimentos das obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
2025	96.855	74.408
2026	32.010	13.172
2027	20.195	7.616
2028	7.949	3.881
2029 a 2048	117.321	28.898
Saldo em 31.12.2024	274.330	127.975

▪ Pagamentos de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Despesas arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor	111.112	144.396	192.633	106.057

▪ A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 ano	15,07%
2 anos	14,44%
3 anos	16,91%
4 anos	15,18%
5 anos	19,07%
8 anos	15,73%
9 anos	18,00%
10 anos	15,32%
24 anos	10,00%

▪ Indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento

Fluxo de caixa	31.12.2024	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	310.682	151.307
PIS/COFINS potencial (9,25%)	28.738	13.996

▪ Comparativo entre os saldos do arrendamento mercantil considerando os fluxos com e sem a inflação

Passivo arrendamento mercantil	31.12.2024	31.12.2023
IFRS 16	137.873	133.321
Nota Explicativa	144.532	139.480
	4,83%	4,62%
Direito de uso líquido	31.12.2024	31.12.2023
IFRS 16	234.992	203.659
Nota Explicativa	246.342	213.068
	4,83%	4,62%
Despesa financeira	31.12.2024	31.12.2023
IFRS 16	34.177	34.350
Nota Explicativa	35.828	35.937
	4,83%	4,62%
Despesa de depreciação	31.12.2024	31.12.2023
IFRS 16	31.159	25.738
Nota Explicativa	32.664	26.927
	4,83%	4,62%

Os fluxos acima apresentados foram apenas calculados sobre os arrendamentos de imóveis de escritórios, terminais portuários e imóveis em terminais portuários. Para os arrendamentos de contêineres e embarcações não calculamos a inflação devido a sua contratação ter sido efetuada em Dólar Americano e os pagamentos deles serem remetidos a fornecedores estrangeiros.

15. FORNECEDORES E PROVISÕES OPERACIONAIS

▪ Política contábil

Os saldos de fornecedores e provisões operacionais se referem a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses; caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

As provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

■ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores	120.943	86.495	61.571	41.485
<u>Provisões operacionais</u>				
Gastos marítimos com transportes de contêineres	99.772	107.776	82.406	94.267
Gastos rodoviários	6.140	6.861	8.906	6.796
Gastos administrativos	3.764	1.853	3.040	1.297
Outros gastos operacionais	3.182	1.560	871	182
Total	112.858	118.050	95.223	102.542
	233.801	204.545	156.794	144.027
Circulante	233.801	204.545	156.794	144.027

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E NOTAS COMERCIAIS

■ Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos, encargos, variações monetárias e cambiais. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação e apropriadas nos prazos de pagamento das operações.

	Moeda	Índice	Taxas e encargos a.a.	Vencimento	Consolidado		Controladora	
					31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
BNDES/FMM (a)	R\$	TJLP	2,5% e 4,3%	abr/34	297.615	337.411	257.132	289.920
BNDES/FMM (a)	US\$	USD	2,5% e 4,3%	abr/34	329.686	292.943	276.918	244.516
Debêntures (b)	R\$	IPCA	6,86%	nov/33	212.400	225.019	-	-
Custo com emissão (b)	R\$	IPCA	6,86%	nov/33	(7.250)	(8.073)	-	-
Debêntures (c)	R\$	CDI	4,25%	mai/25	-	45.480	-	45.480
Custo com emissão (c)	R\$	CDI	4,25%	mai/25	-	(809)	-	(809)
Debêntures (d)	R\$	CDI	4,00%	mai/27	-	231.783	-	231.783
Custo com emissão (d)	R\$	CDI	4,00%	mai/27	-	(2.979)	-	(2.979)
Notas Comerciais (e)	R\$	CDI	2,21%	set/25	-	135.213	-	135.213
Custo com emissão (e)	R\$	CDI	2,21%	set/25	-	(726)	-	(726)
Notas Comerciais (f)	R\$	CDI	2,11%	nov/30	278.314	278.070	278.314	278.070
Custo com emissão (f)	R\$	CDI	2,11%	nov/30	(2.756)	(3.221)	(2.756)	(3.221)
Notas Comerciais (g)	R\$	CDI	1,49%	mai/31	397.657	-	397.657	-
Custo com emissão (g)	R\$	CDI	1,49%	mai/31	(4.030)	-	(4.030)	-
Notas comerciais (g)	R\$	CDI	1,54%	jul/31	52.908	-	52.908	-
Custo com emissão (g)	R\$	CDI	1,54%	jul/31	(546)	-	(546)	-
Itaú Paccar (h)	R\$	-	10,80%	dez/24	-	386	-	-
Bradesco (h)	R\$	-	7,83% a 10,93%	ago/24	-	2.132	-	-
Volkswagen (h)	R\$	-	10,03%	mar/24	-	84	-	-
Itaú (h)	R\$	-	10,29%	jul/24	-	270	-	-
Consórcios (h)	R\$	-	-	jan/29	726	766	-	-
Financiamento Combustível (i)	R\$	CDI	1,18%	fev/25	9.524	-	-	-
Risco Sacado (j)	R\$	-	-	mar/25	11.008	2.621	6.495	-
Pamcard (k)	R\$	TJLP	0,64%	fev/25	32.000	9.232	-	-
Bradesco (l)	R\$	-	13,11%	ago/25	1.129	4.007	-	-
Bradesco Financiamentos (l)	R\$	-	11,95%	jan/26	497	-	-	-
Banco CNH (l)	R\$	-	10,16%	jan/26	2.772	5.073	-	-
Banco da Amazonia (l)	R\$	TJLP	5,46%	mai/25	80	552	-	-
Itaú (l)	R\$	-	9,76%	set/24	-	184	-	-
Banco do Brasil (l)	R\$	-	20,55%	out/25	668	1.477	-	-
Banco Safra (l)	R\$	-	11,35%	ago/24	-	278	-	-
Santander (l)	R\$	-	12,55%	set/24	-	128	-	-
Sicoob (l)	R\$	CDI	8,21%	dez/30	9.038	10.554	-	-
Conta Garantia (l)	R\$	-	5%	jan/25	8.859	4.163	-	-
Financiamento Bunker (m)	R\$	R\$	2,65%	fev/25	58.846	54.472	58.846	54.472
					1.689.145	1.626.490	1.320.938	1.271.719
Circulante					317.133	259.725	214.599	193.964
Não circulante					1.372.012	1.366.765	1.106.339	1.077.755

(a) Referem-se, principalmente, a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante ("FMM"), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), principalmente, para construção de embarcações - BNDES/FMM.

- (b) Em dezembro de 2021, o TVV realizou a liquidação da sua 1ª emissão de Debêntures, assinada em novembro de 2021 no valor de R\$ 240 milhões, totalmente subscrito em abril de 2022. A emissão teve como finalidade a modernização de equipamentos essenciais às atividades portuárias. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 240 mil (duzentos e quarenta mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais). As debêntures são amortizadas em parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida em 15 de novembro de 2022 e a última parcela devida em 15 de novembro de 2033, ou seja, de 12 (doze) anos contratados da data de emissão em 15 de novembro de 2021. Foi contratado um instrumento financeiro (SWAP) para mitigação das oscilações do IPCA desta dívida.
- (c) Em maio de 2020, a Log-In realizou sua 3ª emissão de Debêntures, no valor total de R\$ 71,4 milhões, totalmente subscrito em junho de 2020. A emissão teve como finalidade reforçar o caixa da Companhia, em virtude do mútuo celebrado entre a Log-In e sua subsidiária para aquisição da embarcação do tipo porta-container (Log-In Endurance). Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 71,4 (setenta e um milhões e quatrocentas mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$ 1 (um real). As debêntures serão amortizadas em parcelas iguais nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 14 de agosto de 2021 e a última parcela devida em 14 de maio de 2025, ou seja, de 5 (anos) anos contados da data de emissão em 14 de maio de 2020. Conforme deliberação e aprovação dos Debenturistas em Assembleia Geral dos Debenturistas (AGD) realizada em 09 de março de 2023 foi realizado o aditamento da Escritura de Emissão Original e do Contrato de Cessão Fiduciária em 06 de abril de 2023, com finalidade de alterar os seguintes itens: (i.1) a data de vencimento passa a ser 14 de dezembro de 2026, (i.2) a forma de pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das debêntures passa a ser em parcela única na data de vencimento; (i.3) determinados termos e condições relacionados ao Resgate Antecipado; e (i.4) as condições para inclusão de eventuais novas fiadoras às Debêntures; (ii.1) a liberação da Cessão Fiduciária de Recebíveis Comerciais; (iii) a alteração da periodicidade de reavaliação do valor de Avaliação da Embarcação Log-In Endurance. A 3ª Debêntures foi liquidada antecipadamente em julho de 2024, com a 2ª série da 3ª emissão de Notas Comerciais.
- (d) Em maio de 2021, a Log-In realizou sua 4ª emissão de Debêntures, no valor total de R\$ 340 milhões, totalmente subscrito em junho de 2021. A emissão teve como finalidade o pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados aos empréstimos para capital de giro da Companhia captados com os bancos. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, a ser convalidada em espécie com garantia real, em série única, constituída por 34 mil (trinta e quatro mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$10 mil (dez mil reais). O cronograma de amortização previa o pagamento em parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive), sempre no dia 05 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, sendo a primeira amortização devida em 05 de maio de 2022 e a última amortização devida em 05 de maio de 2027. A 4ª Debêntures foi liquidada antecipadamente em maio de 2024, com a 1ª série da 3ª emissão de Notas Comerciais.
- (e) Em setembro de 2022, a Log-In realizou sua 1ª emissão de Notas Comerciais, no valor total de R\$ 130 milhões. A emissão teve como finalidade realizar os compromissos com investimentos no curso ordinário dos negócios e reforço de caixa da Companhia. Notas comerciais escriturais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com prazo de vencimento de 1.096 (mil e noventa e seis) dias corridos contados da data de emissão. A 1ª emissão de notas comerciais foi liquidada antecipadamente em maio de 2024, com a 1ª série da 3ª emissão de Notas Comerciais.
- (f) Em novembro de 2023, a Log-In realizou sua 2ª emissão de notas comerciais, no valor total de R\$ 275 milhões. A emissão teve como finalidade complementar o capital de giro e desenvolvimento das atividades gerais da companhia. Notas comerciais escriturais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), com prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da data de emissão das Notas Comerciais.
- (g) Em maio de 2024, a Log-In realizou sua 3ª emissão de Notas Comerciais, em duas séries, totalizando o valor de R\$ 420 milhões. Sendo o valor de R\$ 370 milhões na primeira série, e R\$ 50 milhões na segunda série. A emissão da 1ª série teve como finalidade complementar o capital de giro, realizar a liquidação antecipada das Notas Comerciais da 1ª emissão e a liquidação antecipada das Debêntures da 4ª emissão. A emissão da 2ª série teve como finalidade a liquidação antecipada das debêntures da 3ª emissão.
- (h) Referem-se a recursos obtidos através de consórcios pela controlada Tecmar e Oliva Pinto para aquisição de frota de veículos junto as instituições financeiras, Itaú Paccar, Randon, Scania, Volvo e Ademicon.
- (i) Referem-se a financiamentos para aquisição de combustível para frota de veículos própria junto à instituição financeira Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo") e Ticket Soluções HDFGT S/A.
- (j) Referem-se aos valores contratados em operações de risco sacado com as instituições financeiras Banco Itaú, Banco Sofisa e Banco do Brasil, no qual determinados transportadores podem antecipar os seus recebíveis sem coobrigação por parte do cedente, sem incidência de correção e juros e com postergação aproximada de 60 dias para pagamento em relação ao seu vencimento inicial para a Companhia, e com isso, esta passa a ter que pagar pelo serviço contratado diretamente aos bancos mencionados acima e não mais aos fornecedores, conforme orientação da Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2021 item 8 - Risco Sacado. Estas transações têm por objetivo o fortalecimento da relação comercial com os referidos fornecedores e as faturas são antecipadas exclusivamente a critério dos fornecedores. Ocorrendo descumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes destes contratos, sobre as quantias devidas, incidirão, desde a data do descumprimento até a data do efetivo adimplemento, juros remuneratórios capitalizados diariamente, juros moratórios à taxa efetiva de 1% ao mês, capitalizados diariamente "pro rata temporis" e multa não compensatório de 2% calculada sobre o valor total devido para o Banco Itaú.
- (k) Referem-se a financiamentos para pagamento de frete junto à instituição financeira Banco Bradesco S.A. Em contraprestação aos serviços prestados pelo Bradesco, a empresa pagará comissão de administração, aplicável sobre a soma do valor, à uma taxa de 0,65% a.m.
- (l) Refere-se a recursos obtidos junto às instituições financeiras Bradesco, Banco CNH, Banco da Amazônia, Itaú, Banco do Brasil, Banco Safra, Santander e Sicoob através de crédito direto ao consumidor para aquisição de frota de veículos e capital de giro, referentes a empresa Oliva Pinto Logística Ltda. controlada indiretamente através da Tecmar Transportes Ltda., adquirido em 23 de dezembro de 2022.
- (m) Refere-se a financiamento para aquisição de bunker para frota própria junto à instituição financeira Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo"). Em contraprestação aos serviços prestados pela Alelo, a companhia pagará uma comissão de administração, aplicável sobre a soma do valor das transações realizadas com o cartão Alelo, a uma taxa de 2,65%.

■ Cronograma de amortizações do passivo não circulante

Parcelas vencíveis em	Consolidado	Controladora
	31.12.2024	31.12.2024
2026	153.755	113.123
2027	153.461	113.123
2028	153.395	113.123
2029	293.391	253.123
2030 a 2034	618.010	513.847
	1.372.012	1.106.339

▪ Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	1.626.489	1.521.362	1.271.720	1.130.583
Emissão de debêntures e notas comerciais	420.000	275.000	420.000	275.000
Captação para capital de giro	206.717	-	-	-
Custos na emissão de debêntures e notas comerciais	(4.991)	(3.070)	(4.991)	(3.070)
Operações de risco sacado	8.600	(12.676)	6.495	(15.297)
Financiamento de bunker, pamcard e frete carreteiro	(189.608)	27.263	8.632	27.263
Variação cambial	244.595	35.631	13.692	23.164
Variação cambial - constituição de reserva de <i>hedge</i>	58.587	(27.866)	47.517	(23.596)
Juros e encargos Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	179.548	140.132	136.354	103.063
Juros e encargos pagos Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(144.306)	(144.140)	(113.554)	(119.003)
Amortização principal Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(716.486)	(185.147)	(464.927)	(126.387)
Saldo final	1.689.145	1.626.489	1.320.938	1.271.720

▪ Garantias

BNDES/FMM

- 50,05% das ações do TVV (cascos 506, 507 e 508);
- 99,99% das quotas da Log-Mar (cascos 506, 507 e 508);
- Embarcações Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá (cascos 504 e 505);
- Fiança bancária no valor de face de R\$6.318 (cascos 506, 507 e 508).

Debêntures - 1ª Emissão (TVV)

- Alienação fiduciária de equipamentos do TVV; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços a determinados clientes.

Banco do Brasil

- Garantia de títulos de cobrança junto a instituição financeira.

Sicoob

- Alienação fiduciária de Imóvel comercial de Manaus (Oliva Pinto).

Banco CNH

- Alienação fiduciária de veículos e placas solares

▪ Cláusulas de *covenants*

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas restritivas de *covenants* que podem ocasionar antecipação de dívida. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter determinados índices ou comunicações, conforme detalhados abaixo. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 para todos os itens abaixo:

BNDES/FMM

- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICD) não inferior a 1,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício, nos termos da fórmula $ICD = \frac{EBITDA - (IR + CSLL + \text{Variação Capital de Giro})}{\text{Serviço da Dívida do Exercício}}$.
- Índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 5,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício.

Notas Comerciais – 2ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 (balanço consolidado). EBITDA significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil"; E "Dívida" significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, bem como novos financiamentos contraídos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos

Notas Comerciais – 3ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 (balanço consolidado). significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil"; E "Dívida" significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, bem como novos financiamentos contraídos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos.

Debêntures - 1ª Emissão (TVV)

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, do Resultado Financeiro Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil";
- ICSD não inferior a 1,3. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, auferido por meio da seguinte equação, calculado com base nas demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício e auditadas por auditoria independente: $ICSD = \text{Geração de Caixa da Atividade} / \text{Serviço da Dívida}$. A Geração de Caixa da Atividade significa o resultado da diferença entre o EBITDA (definido acima) e o montante de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no exercício.

Financiamentos (Consórcios de veículos)

- Deferimento das instituições financeiras sobre a mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da Companhia, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária;
- Em caso de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos de créditos do Credor;
- Inadimplemento de quaisquer de suas obrigações, por parte da Companhia ou seu Avalista, assim como se houver requerimento de sua recuperação judicial ou falência.

17. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES

▪ Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, for considerada provável pela Administração e seus assessores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e for possível estimar seu valor de maneira confiável. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objetos de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

Composição das provisões para riscos

	Consolidado				Controladora
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Total
Saldos em 31/12/2022	237.263	45.061	857	283.181	506
Adições	4.881	182	755	5.818	2.160
Reversões	(12.315)	(20.368)	-	(32.683)	-
Correção Monetária	8.042	18.431	194	26.667	1.191
Pagamentos	(3.208)	-	(544)	(3.752)	(2.136)
Saldo em 31/12/2023	234.663	43.306	1.262	279.231	1.721
Adições	6.624	-	936	7.560	562
Reversões (a)	(7.361)	(23.448)	-	(30.809)	-
Correção Monetária	8.050	453	13	8.516	1.517
Pagamentos	(6.439)	-	(125)	(6.564)	(2.042)
Saldo em 31/12/2024	235.537	20.311	2.086	257.934	1.758

(a) Refere-se a contingências que tiveram seu prognóstico modificado de provável para possível, conforme avaliação dos assessores, em determinados processos das subsidiárias adquiridas em anos anteriores.

- Trabalhistas: reclamações de empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos de adicional de risco portuário e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Tributárias: demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações ou despachos decisórios deflagrados pela Receita Federal do Brasil para a cobrança de tributos federais e autuações fiscais envolvendo a cobrança de ICMS lavradas por alguns Estados em que a Companhia possui operações; e
- Cíveis: ações indenizatórias e demandas relacionadas a acidentes e reclamações de carga.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	79.764	114.317	20.188	35.588
Tributárias	162.119	173.065	99.953	75.157
Cíveis	49.929	51.703	41.308	36.111
	291.812	339.085	161.449	146.856

Trabalhistas e previdenciários:

A Companhia é parte passiva em reclamações movidas por ex-empregados que alegam possuir direitos relativos a horas extras, adicionais de insalubridade e risco portuário, diferenças salariais, indenizações por danos morais, verbas rescisórias. Os pedidos desta natureza, em regra, são classificados com chances de perda possível.

As demandas previdenciárias envolvem a cobrança de contribuição previdenciária pela Receita Federal Brasileira sobre rubricas consideradas de natureza salarial, contribuição patronal e diferenças de alíquota do RAT.

- Tributárias: demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações ou despachos decisórios proferidos pela Receita Federal do Brasil para a cobrança de determinados tributos federais e autuações fiscais envolvendo a cobrança de ICMS lavradas por alguns Estados em que a Companhia possui operações.

Dentre as demandas tributárias classificadas como possíveis, destacam-se as seguintes:

ICMS:

Em 23/03/2012, a Companhia tomou ciência de Auto de Infração lavrado pelo Estado de Pernambuco que tem por objeto a cobrança de ICMS relativo aos períodos de 06/2011 a 12/2011. Em 20/05/2012, a Companhia apresentou a sua impugnação, comprovando o recolhimento do tributo, apesar de ter ocorrido erro no preenchimento de obrigação acessória. Em julgamento de primeira instância publicado em 12/06/2014, a autuação foi parcialmente mantida pelos julgadores. Em 27/06/2014, a Companhia protocolou recurso requerendo o cancelamento da autuação. Em 11/11/2015, foi proferida a decisão que anulou o julgamento de 1ª instância e o processo foi remetido para a realização de diligências, tendo a Companhia apresentado sua manifestação sobre o parecer final em 23/12/2015, complementada em nova manifestação protocolada em 18/05/2016. Aguarda-se novo julgamento da Impugnação. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$16.030 em 31 de dezembro de 2024 (R\$14.779 em 31 de dezembro de 2023).

Em 11/01/2024, a Companhia tomou ciência do Auto de Infração lavrado pelo Estado de São Paulo referente a glosa de créditos decorrente de valores pagos a prestadores de serviços contratados a Redespacho (período da autuação 01/2019 a 12/2020), o que supostamente seria conflitante com o §1º, do art. 11, do Anexo III, do RICMS/SP (Dec. 45.490/00). A companhia apresentou impugnação uma vez que a fiscalização não observou que a utilização do crédito outorgado do §1º, do art. 11, do Anexo III, do RICMS/SP, não impede a utilização do crédito fiscal decorrente da operação de Redespacho, conforme autorizado pelo art. 38, da Portaria CAT nº 28/02. A impugnação está pendente de análise. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$38.380 em 31 de dezembro de 2024.

Importação de Partes e Peças com os benefícios do REB: Em 23/09/2013, a Companhia tomou ciência do Auto de Infração que tem por escopo a alegação de que a Companhia não teria preenchido os requisitos necessários para a fruição da isenção dos impostos federais e alíquota zero das contribuições incidentes na importação de partes e peças. Como mais recente movimento jurídico relacionado a esse auto de infração, temos a determinação pelo CARF do retorno dos autos para a DRJ/SPO para que seja proferido novo julgamento de 1ª instância (21/03/2019). O risco do processo é avaliado pelos nossos advogados externos como possível, no montante de R\$13.727 em 31 de dezembro de 2024 (13.147 em 31 de dezembro de 2023).

Compensações fiscais: Em 14 de setembro de 2012, a Companhia tomou ciência do despacho decisório que não homologou declarações de compensação apresentadas. Em 11/10/2012, a Companhia apresentou a sua Manifestação de Inconformidade em face de despacho decisório que indeferiu a compensação formalizada por meio do PER/DCOMP 21798.25955.310108.1.3.02-2470, referente a créditos de saldo negativo de IRPJ, relativos ao ano calendário de 2006. Em 19/11/2019, a Companhia tomou ciência do acórdão que deu parcial provimento à manifestação de inconformidade da Companhia e determinou a devolução do processo para a unidade de fiscalização de origem para que esta prossiga com a reanálise do direito creditório da Companhia. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$13.336 em 31 de dezembro de 2024 (R\$12.826 em 31 de dezembro de 2023).

- Cíveis: ações indenizatórias e demandas relacionadas a acidentes e reclamações de carga.

Dentre as referidas demandas cíveis, destaca-se a seguinte:

- LOG STAR: Em junho de 2018, o administrador judicial da Massa Falida da Log Star ajuizou ação em face da Companhia e da TBS Comercial Group com o objetivo de ver declarada a responsabilidade solidária da Companhia e da TBS Comercial Group Ltda. em relação às dívidas da Log Star, constantes de sua autofalência, e, subsidiariamente, a extensão dos efeitos da falência. A Companhia protocolou a contestação em 28/09/2018 e o processo aguarda a citação da outra empresa ré. Aguarda-se o retorno das autoridades estrangeiras acerca do cumprimento da carta rogatória. O prognóstico do caso é possível e o valor atualizado é de R\$37.031 em 31 de dezembro de 2024 (R\$32.943 em 31 de dezembro de 2023).

TECMAR:

- Trabalhistas e previdenciários: A empresa é parte em reclamações movidas por empregados pelo não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Os principais pedidos formulados nessas reclamações classificadas com chances de perda possíveis são os seguintes: hora extra, intervalo Inter jornada, diferenças sobre diárias de viagem, danos morais, verbas rescisórias, diferenças salariais e adicionais.
- Tributárias: demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações para cobrança de PIS/COFINS, ICMS e multas pelo descumprimento de obrigações acessórias.
- Cíveis: A Tecmar é parte em diversas ações indenizatórias de reclamação de carga movidas por clientes ou terceiros envolvidos em acidentes ocorridos no transporte de carga. Destacam-se três ações judiciais indenizatórias movidas pelo espólio de terceiros envolvidos em acidente de transporte com resultado morte, cujo valor envolvido ultrapassa o montante de R\$6.100.

OLIVA PINTO:

- Trabalhistas e previdenciários: A Oliva Pinto é parte em reclamações movidas por empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Os principais pedidos formulados nessas reclamações classificadas com chances de perda possíveis são os seguintes: hora extra e adicional de periculosidade.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Política contábil

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. Esses custos são reconhecidos líquidos dos efeitos tributários aplicáveis.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido (Ações em tesouraria). Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores, que somente poderá ser utilizada para: (i) Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou (ii) Aumento do capital social. Na hipótese do inciso I do caput, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Capital social

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações e respectivo percentual (em unidades)			
	ON	%	ON	%
SAS Shipping Agencies Services Sàrl	78.876.946	73,51	78.876.946	73,68
Alaska Investimentos Ltda.	16.067.321	14,97	16.067.321	15,01
Outros Investidores	11.143.447	10,38	10.895.779	10,18
Ações em circulação	106.087.714		105.840.046	
Ações em tesouraria	1.218.772	1,14	1.218.772	1,14
	107.306.486	100,00	107.058.818	100,00

Conforme Estatuto social da Companhia, o capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias ("ON"), e cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O capital social da Companhia pode ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 corresponde a R\$1.348.103 (R\$1.346.588 em 31 de dezembro de 2023); R\$1.324.210 (R\$1.322.695 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos custos diretos de emissão de ações.

- Ações em tesouraria

A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35 (valor em reais), por ação.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da B3 de 31 de dezembro de 2024 era de R\$25.253 (R\$46.911 em 31 de dezembro de 2023).

- Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa e Derivativos

A Log-in e sua controlada Log-Nav adotaram a estratégia de *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) - com data de designação de 01 de março de 2021 - para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de cinco anos, através de instrumentos de proteção não derivativos - dívidas e arrendamentos em dólares norte-americanos já contratados - onde a parte eficaz desta relação é reconhecida no Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) e as eventuais inefetividades, contabilizadas no resultado do período no grupo de Receitas.

A natureza do risco protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis indexadas ao dólar norte americano, visto que a moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro. Os instrumentos de hedge designados pelas Companhias correspondem ao

principal dos empréstimos e principal das obrigações com arrendamentos mercantis, ambos indexados à moeda estrangeira (USD), ou seja, passivos financeiros não derivativos cujos fluxos de caixa se esperam que compensem as alterações nos fluxos de caixa do objeto de hedge designado.

Quando essas receitas de serviços prestados expostas a efeitos cambiais em dólares norte-americanos são realizadas, o valor acumulado em Outros Resultados Abrangentes é reciclado com efeitos na demonstração do resultado, na mesma linha de reconhecimento do objeto de hedge.

Além disso, a controlada TVV contratou instrumentos financeiros para mitigação do risco da taxa de juros dos seus compromissos de longo prazo indexados ao IPCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

Os efeitos contábeis decorrentes em 31 de dezembro de 2024 estão relacionados a seguir:

Consolidado							
	Indexação	Tipo de hedge	Principal*	Constituição de Reserva de Hedge	Reciclagem para o Resultado	Tributos diferidos	Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o exercício
Saldo em 31 de dezembro de 2022			201.448	17.517	(6.442)	(3.765)	7.310
Log-In							
Receita	USD	Fluxo de caixa	160.504	8.699	(5.028)	(1.248)	2.423
Log-Nav							
Receita	USD	Fluxo de caixa	31.693	1.651	(774)	(299)	578
Saldo em 31 de dezembro de 2023			192.197	27.867	(12.244)	(5.312)	10.311
Log-In							
Receita	USD	Fluxo de caixa	218.675	(37.249)	(1.235)	13.085	(25.399)
TVV							
Swap	IPCA	Fluxo de caixa	207.324	2.938	-	-	2.938
Log-Nav							
Receita	USD	Fluxo de caixa	46.539	(7.794)	(225)	2.726	(5.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2024			472.538	(14.238)	(13.704)	10.499	(17.443)

Valores convertidos pela taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2024 de R\$6,1923.

19. RESULTADO POR AÇÃO

	2024	2023
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	53.600	60.103
Quantidade de ações - em milhares		
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	38.042	105.563
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Plano de opção de ações	-	258
Resultado básico por ação - R\$	1,41	0,57
Resultado diluído por ação - R\$	1,41	0,57

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia, pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, tais como os planos de opção de ações divulgados na nota explicativa nº 20).

20. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Política contábil

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para empregados e outros provedores de serviços similares, são mensurados pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado.

O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações determinado na data da outorga, é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos, em virtude do efeito das condições de aquisição que não se baseiam no mercado. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste nas reservas.

■ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O valor justo médio ponderado das opções de compra nas datas das outorgas, foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes, assumindo as premissas listadas abaixo:

1º Programa – 2019	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
1º Programa (tipo a.1)	4,24	4,24	345.356
1º Programa (tipo a.2)	4,24	4,66	344.322
1º Programa (tipo a.3)	4,24	5,02	344.322
1º Programa (tipo b.1)	0,01	8,09	386.104
1º Programa (tipo b.2)	0,01	8,09	384.948
1º Programa (tipo b.3)	0,01	8,09	384.948
			2.190.000

2º Programa – 2020	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
2º Programa (tipo a.1)	10,07	3,54	192.874
2º Programa (tipo a.2)	10,07	4,41	192.874
2º Programa (tipo a.3)	10,07	5,18	192.871
2º Programa (tipo b.1)	0,01	12,10	162.127
2º Programa (tipo b.2)	0,01	12,10	162.127
2º Programa (tipo b.3)	0,01	12,10	162.127
			1.065.000

3º Programa – 2021	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
3º Programa (tipo a.1)	9,17	15,07	201.326
3º Programa (tipo a.2)	9,17	16,34	201.326
3º Programa (tipo a.3)	9,17	17,25	201.329
3º Programa (tipo b.1)	0,01	23,85	100.673
3º Programa (tipo b.2)	0,01	23,85	100.673
3º Programa (tipo b.3)	0,01	23,85	100.673
			906.000

■ Planos de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano”) da Companhia, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 25 de abril de 2019, estabelecia as condições para a outorga e exercício de opções de compra de ações de emissão da Log-In aos seus administradores e funcionários.

O Plano previa a criação de programas de forma periódica, que deveriam identificar os beneficiários que integrem o programa, o número total de opções outorgadas, bem como os critérios para o seu exercício. Na forma do Plano, cada opção de compra outorgada no âmbito destes programas daria ao beneficiário o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

O 3º Programa, extinto em 31 de maio de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27/07/2021, previa a outorga de 906.000 (novecentas e seis mil) opções de compra de ações de emissão da Companhia, remanescentes do 2º Programa, no qual havia sido outorgado o total de 1.971.000 opções de compra de ações.

Principais características do Plano

Quantidade de ações	• 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) opções de compra de ações de emissão da Companhia ou 4,03% do total de ações, o que for maior.
Tipo	• 60% das opções de compra outorgadas serão do tipo "A" • 40% restante serão opções de compra do tipo "B"
Carência	• As opções de compra outorgadas aos Beneficiários no âmbito do Programa, estão sujeitas a 3 (três) Períodos de Carência, assim distribuídos: (i) 33,4% (trinta e três vírgula quatro por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Primeira Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 1 (um) ano contado da data da outorga das opções ("Primeiro Período de Carência"); (ii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Segunda Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 2 (dois) anos contados da data da outorga das opções ("Segundo Período de Carência"); (iii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Terceira Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 3 (três) anos contados da data da outorga das opções ("Terceiro Período de Carência");

Principais características do Plano

Exercício das opções	• Período de Exercício para a Primeira Tranche de Opções se iniciará ao final do Primeiro Período de Carência; • Período de Exercício para a Segunda Tranche de Opções se iniciará ao final do Segundo Período de Carência; e • Período de Exercício para a Terceira Tranche de Opções se iniciará ao final do Terceiro Período de Carência. Observado que as opções não exercidas nos prazos acima serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que referida extinção dê direito a qualquer indenização ao Beneficiário.
Preço de exercício	• Opções do tipo "A", preço de exercício será correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia nos 90 (noventa) pregões da B3 anteriores à data da aprovação do Programa, no âmbito do qual as opções forem outorgadas, ponderada pela quantidade de ações negociadas, aplicado um deságio de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor apurado. • Opções do tipo "B", preço de exercício será de R\$0,01 (um centavo).

▪ **Movimentação das opções outorgadas**

Quantidade de ações em milhares	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	258	249
Opções remanescentes	-	713
Opções exercidas	(248)	(582)
Opções canceladas	(10)	(122)
Saldo final	-	258

▪ **Despesas no período com plano de opção de compra de ações**

	Consolidado e Controladora	
	2024	2023
Plano de opção de ações	633	6.852

21. BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA NO LONGO PRAZO - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA▪ **Política contábil**

A Companhia proporciona benefício a seus empregados no longo prazo, que engloba plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. No plano de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida, são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito às contribuições são prestados pelos empregados.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% e 9% do salário de participação e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes, limitadas, porém, a 9% do salário de participação.

▪ **Contribuições pagas no período com plano de aposentadoria**

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Contribuições pagas pela Companhia	3.538	3.187	2.580	2.372

22. RECEITA LÍQUIDA

▪ Política contábil

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas de acordo com as obrigações de desempenho dos serviços prestados aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos. A Companhia reconhece receita como segue:

▪ Soluções Integradas:

- Navegação Costeira: serviços de transporte de contêineres (fretes) por toda a costa brasileira e no Mercosul, serviços *Shuttle* que ligam os portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória
- Terminal intermodal (Itajaí): serviços de armazenagem, separação e *cross-docking*. Atua como ponto de acesso para as regiões Norte e Sul do Estado, em prol da integração com a navegação costeira com ênfase na multimodalidade;

▪ Terminal Portuário:

- TVV: operações de embarque e desembarque de contêineres, além de movimentação de cargas e veículos.

▪ Transporte Rodoviário de Carga:

- Tecmar e Oliva Pinto: soluções em transporte rodoviário com frota própria, centros de distribuição e armazenagem, localizados nos principais centros.

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receita de fretes	2.608.017	2.177.581	1.700.057	1.335.259
Mercado interno	2.239.587	1.979.921	1.484.216	1.258.359
Mercado externo	368.430	197.660	215.841	76.900
Receita de serviços	611.818	521.970	152.830	145.576
Mercado interno	244.788	209.122	1.848	1.981
Mercado externo	367.030	312.848	150.982	143.595
Receita bruta	3.219.835	2.699.551	1.852.887	1.480.835
Impostos sobre as receitas	(424.079)	(360.926)	(238.623)	(196.481)
Receita líquida	2.795.756	2.338.625	1.614.264	1.284.354

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

▪ Composição

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal, encargos e benefícios	(474.002)	(419.453)	(190.141)	(181.648)
Material	(93.113)	(69.426)	(31.756)	(19.241)
Óleo combustível e gases	(299.791)	(221.350)	(207.657)	(149.255)
Afretamento, locações e arrendamento	(111.111)	(58.934)	(192.633)	(106.056)
Serviços contratados	(1.280.617)	(1.068.573)	(860.327)	(644.052)
Depreciação e amortização	(278.562)	(227.654)	(99.297)	(89.898)
Outros	(2.976)	(7.652)	(13.326)	(16.187)
Total	(2.540.172)	(2.073.042)	(1.595.137)	(1.206.337)
Classificado como:				
Custos dos serviços prestados	(2.351.613)	(1.871.490)	(1.520.682)	(1.121.562)
Despesas administrativas e comerciais	(188.559)	(201.552)	(74.455)	(84.775)
Total	(2.540.172)	(2.073.042)	(1.595.137)	(1.206.337)

24. RESULTADO FINANCEIRO

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	49.332	64.985	24.187	38.487
Juros sobre mútuo a receber de partes relacionadas	-	-	11.764	27.184
Outras	22.534	5.597	5.287	2.710
	71.866	70.582	41.238	68.381
Despesas financeiras				
Encargos empréstimos e financiamentos	(54.929)	(37.017)	(38.999)	(27.568)
Encargos com operações de debêntures	(124.619)	(103.115)	(97.355)	(75.495)
Encargos financeiros com arrendamento mercantil	(34.177)	(34.350)	(20.543)	(16.232)
Constituição juros provisão para riscos	(8.516)	(26.667)	(1.517)	(1.191)
Juros e comissões	(29.231)	(27.789)	(17.293)	(14.308)
Outras	(15.746)	(20.680)	(32.669)	(27.913)
	(267.218)	(249.618)	(208.376)	(162.707)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Variações monetárias e cambiais ativas	98.923	114.650	90.347	101.761
Variações monetárias e cambiais passivas	(172.323)	(131.887)	(131.438)	(99.675)
	(73.400)	(17.237)	(41.091)	2.086
	(268.752)	(196.273)	(208.229)	(92.240)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos é determinada no seu reconhecimento inicial, conforme o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais presentes no IFRS 9/CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía operações em instrumentos derivativos em aberto (em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía tais operações).

▪ Categoria dos principais instrumentos financeiros e seus valores justos

	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
		31.12.2024		31.12.2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	289.792	289.792	436.406	436.406
Contas a receber de clientes	Nível 1	337.236	337.236	346.045	346.045
Valores a receber de partes relacionadas	Nível 1	62.261	62.261	15.434	15.434
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	Nível 1	39.068	39.068	126.177	126.177
Passivo financeiro ao custo amortizado					
Fornecedores	Nível 1	120.943	120.943	86.495	86.495
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 1	1.689.145	1.518.503	1.626.490	1.626.490
Obrigações com arrendamento mercantil	Nível 1	274.330	274.330	245.603	245.603

	Hierarquia do valor justo	Controladora			
		31.12.2024		31.12.2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	115.415	115.415	218.025	218.025
Contas a receber de clientes	Nível 1	179.318	179.318	183.360	183.360
Valores a receber de partes relacionadas	Nível 1	364.772	364.772	553.973	553.973
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	Nível 1	-	-	123.744	123.744
Passivo financeiro ao custo amortizado					
Fornecedores	Nível 1	61.571	61.571	41.485	41.485
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 1	1.320.938	1.221.718	1.271.719	1.271.719
Obrigações com arrendamento mercantil	Nível 1	127.975	127.975	104.644	104.644
Valores a pagar a partes relacionadas		81.089	81.089	187.971	187.971

▪ Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou “impaired” é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos com boas qualificações das agências de risco.

A tabela acima apresenta ainda a hierarquia do valor justo de acordo com o método de avaliação utilizado pela Companhia. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar na data de mensuração.
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

▪ Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

▪ Risco de mercado

A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e índices cambiais, monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos em 31 de dezembro de 2024. A estratégia principal de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o resultado do período de suas controladas quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis, através do instrumento de proteção principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira norte americana.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

(a) Risco cambial

A parcela dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Dólar), no montante de R\$329.686, em 31 de dezembro de 2024 (R\$292.943, em 31 de dezembro de 2023), corresponde a 19,52% (18,01% em 31 de dezembro de 2023) da dívida da Companhia (Consolidado); o efeito cambial decorrente dessa exposição e dos demais ativos e passivos em Dólar, pode ser relevante no vencimento do endividamento no curto, médio e longo prazos.

A Companhia também possui obrigações com arrendamento mercantil em moeda estrangeira (Dólar) no montante de R\$123.023, em 31 de dezembro de 2024 (R\$95.624 em 31 de dezembro de 2023) que corresponde a 44,84% (38,93% em 31 de dezembro de 2023) da obrigação com arrendamento mercantil (consolidado).

▪ Hedge Accounting

A Companhia designou a proteção de até 100% das receitas altamente prováveis projetadas pelo período de até 5 anos.

A natureza do risco a ser protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis em USD, visto que a moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro.

A estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o resultado do exercício da Companhia e de sua controlada Log-Nav quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis através do principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira (USD).

Ganhos e perdas mensurados e classificados como reserva de hedge no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado (“reciclagem”), no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

(b) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros variáveis, que são aplicadas aos seus passivos financeiros. A Companhia está exposta as seguintes taxas de juros variáveis:

Indexador	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo				
CDI	292.055	4.046	92.376	1.613
Passivo				
TJLP	329.696	337.411	257.132	289.920
CDI	740.110	407.962	721.546	407.962

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas possuem contratos derivativos para fazer hedge contra estes índices, continuamente monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõe as estratégias de mitigação de riscos a serem adotadas e aprovadas pelo conselho de administração. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía tais operações.

▪ Instrumentos financeiros derivativos

Swap: Na gestão do caixa da Companhia e de acordo com os controles internos utilizados pela Administração, a Companhia contratou instrumentos financeiros para mitigação do risco da taxa de juros dos seus compromissos de longo prazo indexados ao IPCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

Início da operação	Vencimento da operação	Saldo valor inicial	Saldo Valor Banco R\$ Ponta Passiva (CDI)	Saldo Valor Cliente R\$ Ponta Ativa (IPCA)	Saldo líquido
13/09/2024	17/05/2027	207.324	209.316	212.254	2.938

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos financeiros, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R\$104.967 e R\$111.388 na controladora (em 31 de dezembro de 2023, R\$393.917 e R\$207.304, consolidado e controladora, respectivamente), bem como patrimônio líquido positivo de R\$968.854 no consolidado e de R\$968.669 na controladora (em 31 de dezembro de 2023, R\$939.147 e R\$939.015, consolidado e controladora, respectivamente). Destacamos que a Companhia tem servido todas as dívidas e está adimplente com todas as suas obrigações com empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem.

O quadro a seguir demonstra a análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado					
	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	120.943	15.072	100.449	5.422	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.466.069	-	189.387	298.551	1.253.752	724.378
Arrendamentos	517.708	-	43.982	78.889	174.791	220.046
	3.104.720	15.072	333.817	382.862	1.428.544	944.424

	Controladora					
	Total	Até 1 Mês	De 1 a 3 Meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	61.571	6.799	52.845	1.928	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.916.067	-	119.682	231.389	987.789	577.206
Partes relacionadas	81.089	-	81.089	-	-	-
Arrendamentos	173.054	-	33.846	48.113	57.633	33.462
	2.231.780	6.799	287.462	281.430	1.045.422	610.668

(d) Risco de gerenciamento de capital

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Além do capital próprio, a Companhia usa o de terceiros para financiar suas atividades, otimizando sua estrutura de capital. Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. A dívida líquida reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

A dívida bruta consiste na soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto (circulante) e longo (não circulantes) prazos conforme detalhados na nota explicativa nº 16.

Com a capitalização ocorrida em novembro de 2019 por meio da oferta pública primária de ações ordinárias, a emissão de uma nova série de debêntures em 2020, mais duas em 2021 (nota explicativa nº 16), além da emissão de notas comerciais em 2022, 2023 e 2024 (nota explicativa nº 16), a Companhia vem assegurando sua liquidez e a continuidade operacional dos seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o índice de alavancagem financeira da Companhia é conforme segue:

Índice de alavancagem financeira	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Dívida bruta	1.689.145	1.626.490
Caixa e equivalentes de caixa	(289.792)	(436.406)
Aplicações financeiras	(39.068)	(126.177)
Dívida líquida	1.360.285	1.063.907
Patrimônio líquido Controladora	968.669	939.015
Relação dívida líquida/capital	1,4	1,1

(e) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através de análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições com boas avaliações de *rating*.

▪ **Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos**

A Companhia avaliou e entende que os valores justos de seus principais instrumentos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2024 se aproximam dos valores contábeis reconhecidos, considerando as características de determinados ativos e passivos financeiros, prazo de realização ou vencimento no curto prazo, conforme aplicável, ou por estarem indexados a taxas variáveis de mercado.

Para estimar o valor justo de seus principais instrumentos financeiros não derivativos, a Administração utilizou as seguintes premissas:

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES/FMM e outras instituições financeiras, e parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima do seu valor justo.

▪ **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme CPC 40/IFRS 7**

A Companhia apresenta a seguir demonstrações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário base projetado esperado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O cenário base projetado esperado como mais provável pela Administração foi obtido por meio de premissas disponíveis no mercado, conforme descrito a seguir: Dólar 6,00 (relatório Focus de 10 de janeiro de 2025), TJLP 7,97% a.a. (BNDES) e CDI 14,89% a.a. (BM&F).

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação deste cenário na Companhia no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 seriam os seguintes:

Risco de taxa de câmbio	Risco	US\$	Consolidado	
			31.12.2024	Cenário Provável
				Base
Contas a receber de clientes	USD	3.905	24.183	(751)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(53.241)	(329.686)	10.238
Instrumento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	USD	38.147	236.221	(7.336)
Fornecedores	USD	(2.014)	(12.472)	387
Obrigações com arrendamento mercantil	USD	(19.809)	(122.660)	3.809
Exposição líquida		(33.012)	(204.414)	6.347
Patrimônio líquido (reserva de <i>hedge</i>)				7.336
Resultado do exercício				(988)
	PTAX		6,19	6,00

Risco de taxa de juros	Risco	Consolidado	
		31.12.2024	Cenário Provável
			Base
Aplicações financeiras	CDI	92.253	2.528
Empréstimos, financiamentos e debêntures	TJLP	(329.696)	(1.780)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(18.562)	(509)
Notas Comerciais	CDI	(721.546)	(19.770)
	TJLP	7,43%	7,97%
	CDI	12,15%	14,89%

26. INFORMAÇÕES PARA A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Transações não envolvendo caixa

Atividades de investimento	Consolidado		Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Arrendamento mercantil	83.942	85.636	55.074	54.848
Dividendos propostos de controladas compensados	24.874	891	24.874	891
Adições ao imobilizado em curso	97.537	(19.624)	4.927	16.889
	11.279	66.903	84.875	72.628

Variações nos passivos resultantes das atividades de financiamento

	Consolidado				
	Capital Social	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.322.695	(1.613)	245.603	1.626.490	3.193.175
Alterações que afetam caixa					
Aumento de capital por subscrição de ações	1.515	-	-	-	1.515
Recebimento de mútuos concedidos	-	145	-	-	145
Operações de risco sacado	-	-	-	(40.711)	(40.711)
Financiamento de bunker e combustível	-	-	-	(425.914)	(425.914)
Emissão de debêntures e notas comerciais	-	-	-	420.000	420.000
Custos na captação de empréstimos	-	-	-	(4.991)	(4.991)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	-	(716.486)	(716.486)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	(144.306)	(144.306)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(106.825)	-	(106.825)
Alterações que não afetam caixa					
Operações de risco sacado	-	-	-	49.311	49.311
Financiamento de bunker e frete	-	-	-	236.306	236.306
Operação conta garantia	-	-	-	206.717	206.717
Mútuos concedidos	-	1.000	-	-	1.000
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	344	51.610	424.142	476.096
Adições arrendamento mercantil e outros	-	-	83.942	-	83.942
Alterações que não afetam resultado					
Constituição de reserva de <i>hedge</i>	-	-	-	58.587	58.587
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.324.210	(124)	274.330	1.689.145	3.287.561

	Controladora					Total
	Capital Social	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Mútuo com controladas	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.322.695	(1.613)	104.644	1.271.719	(131.169)	2.566.275
Alterações que afetam caixa						
Aumento de capital por subscrição de ações	1.515	-	-	-	-	1.515
Mútuos concedidos	-	-	-	-	(60.608)	(60.608)
Recebimento de mútuos concedidos	-	145	-	-	-	145
Operações de risco sacado	-	-	-	(24.313)	-	(24.313)
Financiamento de bunker	-	-	-	(215.306)	-	(215.306)
Emissão de debêntures e notas comerciais	-	-	-	420.000	-	420.000
Custos na captação de empréstimos	-	-	-	(4.991)	-	(4.991)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	-	(464.927)	-	(464.927)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	(113.554)	-	(113.554)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(71.734)	-	-	(71.734)
Alterações que não afetam caixa						
Operações de risco sacado	-	-	-	30.808	-	30.808
Liquidação de mútuo	-	-	-	-	86.545	86.545
Financiamento de bunker e frete	-	-	-	223.938	-	223.938
Mútuos concedidos	-	1.000	-	-	-	1.000
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	344	39.992	150.047	(1.886)	188.496
Adições arrendamento mercantil e outros	-	-	55.074	-	-	55.074
Alterações que não afetam resultado						
Constituição de reserva de hedge	-	-	-	47.517	-	47.517
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.324.210	(124)	127.975	1.320.938	(107.118)	2.665.880

▪ Mútuo concedido Santos Transportes

Em fevereiro de 2021, a Log-In (“Mutuante”) celebrou o contrato de mútuo para construção de terminal retro portuário com a Santos Transportes de Cargas Eireli (“Santos Transporte” ou “Mutuária”), no montante de R\$3.000, tendo por condição a utilização, com exclusividade, da conversão do valor do empréstimo na referida construção na cidade de Santos - SP. A não observância da finalidade do mútuo, conduzirá à imediata resolução do contrato, com a obrigatoriedade de devolução integral dos valores desembolsados.

Os desembolsos foram divididos em três parcelas iguais de acordo com os seguintes marcos contratuais:

- 1º desembolso: foi transferido o valor de R\$1.000 no prazo de até 15 dias da assinatura do Instrumento de Mútuo – fase pré-operacional;
- 2º desembolso: foi transferido o valor de R\$1.000 mediante o cumprimento da segunda etapa, no prazo de até 15 dias contados da Homologação do DEPOT e atendimento dos requisitos legais; e
- 3º desembolso: seria transferido o valor de R\$1.000 no prazo de até 15 dias contados da obtenção das licenças IMO e ANVISA, da obtenção da certificação SASSMAQ para transporte e armazenagem e da Homologação do terminal, o que ocorresse por último, no entanto devido ao não cumprimento das condições, este desembolso não será efetuado.

O montante desembolsado pela Log-In está sendo pago pela Santos Transporte em 48 parcelas mensais e fixas no valor de até R\$62, com encargos de 0,83% a.m. podendo variar de acordo com possíveis oscilações do CDI, a cada semestre, e caso esta variação seja superior a 10% para cima ou para baixo, aplicando-se a mesma variação à taxa mensal acordada, mas limitados a uma taxa máxima de 12% ao ano, pro rata die, podendo a Santos Transporte amortizar ou liquidar o débito final contraído antes do vencimento do prazo avençado, com o cálculo.

Até a data desta divulgação, todas as parcelas foram liquidadas dentro dos prazos acordados.

A mutuária dará como garantia do cumprimento de suas obrigações de pagamento, os ativos em alienação fiduciária relacionados a seguir:

- 12 Caminhões Volvo – ano de fabricação entre 2007 e 2013;
- 1 Caminhão Scania – ano de fabricação 2014; e
- 1 Caminhão Iveco – ano de fabricação 2010.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil, visando cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

Segue resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Consolidado		Vigência
	Valor Segurado	Prêmio de Seguro	
P&I - (Protection and Indemnity) - danos ambientais	6.192.300	12.381	20/02/2025 a 20/02/2026
P&I - (Protection and Indemnity) - danos a carga, objetos fixos e flutuantes	Ilimitada		
P&I - Cobertura a Shipowners Liability (SOL)	46.442		
P&I - Mercosul Line (VSA) TCL	1.306.575		
P&I - Mercosul Line (VSA) FDD	61.923		
P&I - Mercosul Line (VSA) SOL	46.442		
P&I - Cobertura para containers	30.962		
Cyber	25.000	294	13/04/2024 a 13/04/2025
Cobertura de Cascos de máquinas: Navios Log-In Pantanal, Log-In Jacarandá, Log-In Jatobá, Log-In Resiliente, Log-In Polaris, Log-In Discovery, Log-In Endurance, Log-In Evolution e Log-In Experience.	1.525.722	10.580	07/06/2024 a 07/06/2025
Cobertura de Lucros Cessantes TVV	154.808	1.251	28/11/2024 a 28/11/2025
Cobertura de Riscos Operacionais	309.615		
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico)	309.615		
Responsabilidade civil diretores e gestores	100.000	97	11/09/2024 a 11/09/2025
Cobertura Seguro de Transporte - RCTR-C (Limite de valor de carga por container)	6.000	904	31/07/2024 a 31/07/2025
Cobertura Seguro de Transporte - RCF-DC (Limite de valor de carga por container)	6.000	728	31/07/2024 a 31/07/2025
Seguro AUTO - Ambulância TVV	480	4	24/05/2024 a 24/05/2025
Fiança Locatícia Escritório Matriz.	386	37	22/03/2021 a 22/03/2026
Seguro Garantia Contratual	4.458	115	23/11/2023 a 23/11/2028
Seguro Garantia Judicial	73.504	1.786	Diversos*
Seguro Garantia Recursal	2.932	68	Diversos**

* Diversas apólices onde a mais antiga tem vigência de 30/06/2017 a 22/09/2025 e a mais recente, 27/11/2024 a 27/11/2029.

** Diversas apólices onde a mais antiga tem vigência de 21/01/2022 a 21/01/2027 e a mais recente, 11/12/2024 a 11/12/2029.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

- TVV – Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”) celebra contrato de exploração de nova área no Porto de Vitória;

No dia 24 de fevereiro 2025, a subsidiária TVV celebrou um contrato para a exploração de instalação portuária localizada em retroárea do Porto Organizado de Vitória/ES, pelo prazo de 6 (seis) anos, junto à autoridade portuária Vports Autoridade Portuária S.A.

A nova instalação possui aproximadamente 70.000 m², correspondente a 60% da área total do TVV. Estão previstos investimentos estimados em R\$ 35 milhões (trinta e cinco milhões reais) para adequação da instalação, com início das operações em até 9 (nove) meses.

Este investimento estratégico visa atender à crescente demanda do mercado de importação e exportação de cargas, incluindo contêineres, granito, produtos siderúrgicos e fertilizantes. Além disso, a nova instalação permitirá melhorias significativas no nível de serviço e na eficiência operacional.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 26 de fevereiro de 2025.